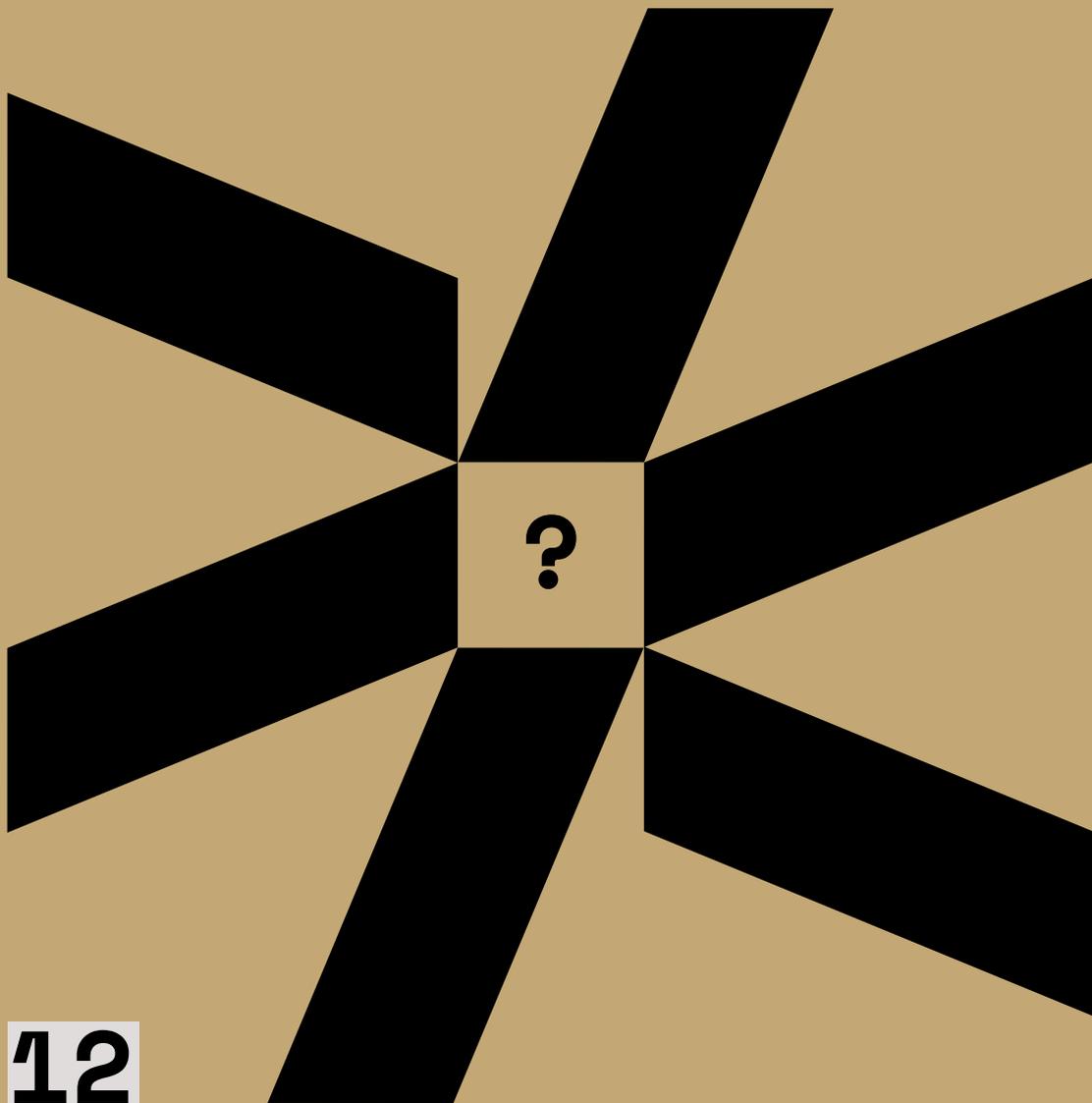


MAIS DO QUE CASAS

STARBURSTING

LIVRO DE RESUMOS

CONFERÊNCIA



**12
FEV
2025**

**FACULDADE DE ARQUITECTURA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

MAIS DO QUE CASAS

STARBURSTING

LIVRO DE RESUMOS

CONFERÊNCIA



12
FEV
2025

FACULDADE DE ARQUITECTURA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CONFERÊNCIA

MAIS DO QUE CASAS STARBURSTING
LIVRO DE RESUMOS

AUTOR

MAIS DO QUE CASAS [MDQC]

COORDENADORAS

GISELA LAMEIRA
LUCIANA ROCHA

DESIGN GRÁFICO

CEDA – CENTRO DE ESTUDOS EM DESIGN E ARTE / FBAUP
JOSÉ CARNEIRO [COORDENAÇÃO]
ANA LEITE

EDITOR

FACULDADE DE ARQUITECTURA
DA UNIVERSIDADE DO PORTO [FAUP]

IMPRESSÃO

GRÁFICA MAIADOURO

ISBN

978-989-8527-67-7

1ª EDIÇÃO, PORTO, FEVEREIRO DE 2025
250 UNIDADES

DIREITOS DE AUTOR

© DESTA EDIÇÃO, FAUP, PORTO
© DOS TEXTOS, OS AUTORES

NENHUMA PARTE DESTE LIVRO PODE SER REPRODUZIDA
SOB QUALQUER FORMA SEM A AUTORIZAÇÃO EXPRESSA
DAS EDITORAS E DOS AUTORES.

**MAIS DO QUE CASAS – STARBURSTING
ORGANIZAÇÃO**

COMISSÃO ORGANIZADORA

GISELA LAMEIRA [CEAU-FAUP] – PRESIDENTE
LUCIANA ROCHA [CEAU-FAUP] – PRESIDENTE
RUI JORGE GARCIA RAMOS [FAUP]
CLARA PIMENTA DO VALE [FAUP]
FILIPA DE CASTRO GUERREIRO [FAUP]

COMISSÃO EXECUTIVA

JOÃO PEDRO XAVIER [FAUP]
TERESA CALIX [FAUP]
CLARA PIMENTA DO VALE [FAUP]
FILIPA DE CASTRO GUERREIRO [FAUP]
JOSÉ PEDRO SOUSA [FAUP]
TERESA NOVAIS [CURADORA PROGRAMA
MAIS DO QUE CASAS]
LUÍS TAVARES PEREIRA [CURADOR PROGRAMA
MAIS DO QUE CASAS]

COMISSÃO CIENTÍFICA

ANA BORDALO [ISMAT]
ANA CLÁUDIA MONTEIRO [ULP]
ANA RUTE COSTA [LICA]
ANA SILVA FERNANDES [FAUP]
ANA CATARINA COSTA [CEG-ULISBOA]
ANA TOSTÕES [IST-UL]
ANA VELOSA [UA]
CATARINA WALL GAGO [EPFL]
CARLOS MACHADO [FAUP]
CARLOS MAIA [EAAD]
DANIELA ARNAUT [IST-UL]
DAVID LEITE VIANA [DAMG]
FERNANDO BRANDÃO ALVES [FEUP]
FRANCISCO FERREIRA [EAAD]
GABRIELA VAZ-PINHEIRO [FBAUP]
GONÇALO ANTUNES [NOVA FCSH]
GONÇALO CANTO MONIZ [DARQ]
GUYA ACCORNERO [ISCTE-UL]
HELENA BOTELHO [FAAULL]
HUGO MACHADO SILVA [UFP]
ISABEL MARTINHO DA SILVA [FCUP]
JOANA MOURÃO [IST-UL]
JOANA PESTANA LAGES [ISCTE-UL]
JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA [DARQ]
JOSÉ CARLOS MOTA [UA]
LUÍS SANTIAGO BAPTISTA [ULL]
MARIA TAVARES [FAAULN-FAMALICÇÃO]
MIGUEL REIMÃO COSTA [VALG]
NELSON MOTA [TU-DELFT]
PAOLO MARCOLIN [ESAP]
PATRÍCIA SANTOS PEDROSA [UBI]
RICARDO AGAREZ [ISCTE-UL]
RICARDO VIEIRA DE MELO [FAAULN-PORTO]
ROBERTO FALANGA [ICS-UL]
SIMONE TULUMELLO [ICS-UL]
SOFIA SALEMA [EARTES]
TERESA ALFAIATE [ISA]
TERESA MARAT-MENDES [ISCTE-UL]
TIAGO MOTA SARAIVA [FA-UL]

COMUNICAÇÃO
CAROLINA MEDEIROS

ASSISTENTES DE CURADORIA

PATRÍCIA REIS
MIGUEL SILVA

STAFF

AFONSO SILVA
ANA RITA FERNANDES
BÁRBARA RODRIGUES
BEATRIZ COSTA
CATARINA FARIA
DANIELA PINTO
INÉS PINTO
JOANA BOULTWOOD SÁ
MARGARIDA MOURA
SIMÃO ALVES

APOIO

COMISSÃO COMEMORATIVA
50 ANOS 25 DE ABRIL

MECENAS

OTIIMA

TRABALHO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO
DO PROGRAMA MAIS DO QUE CASAS.

MAISDOQUECASAS.ARQ.UP.PT

AGRADECIMENTOS

CURADORES DO PROGRAMA MAIS DO QUE CASAS
COMISSÃO EXECUTIVA DO PROGRAMA
MAIS DO QUE CASAS
MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA STARBURSTING
AUTORES DE PROPOSTAS SUBMETIDAS STARBURSTING
INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA
MAIS DO QUE CASAS
ASSISTENTES DE CURADORIA DO PROGRAMA
MAIS DO QUE CASAS
STAFF STARBURSTING
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA FAUP
OTIIMA
COMISSÃO COMEMORATIVA 50 ANOS 25 DE ABRIL
FAUP
CEAU

PROGRAMA

	13H30 – 14H00	REGISTO
	ÁTRIO ENTRADA FAUP	
	14H00 – 17H50	SESSÕES PARALELAS
TEMA	SALA	QUESTÃO
#1	ÁTRIO CONSELHO EXECUTIVO	Q1
	SALÃO NOBRE	Q2
#2	SALA PLANA	Q3 + Q4
#3	AUDITÓRIO BIBLIOTECA	Q5 + Q6
#4	SALA DO JANELÃO	Q7 + Q8
#5	GALERIA DE EXPOSIÇÕES	Q9 + Q10
#6	AUDITÓRIO FERNANDO TÁVORA	Q11 + Q12
#7	SALA EB 4.5_1	Q13
	SALA EB 4.5_2	Q14
	18H00 – 19H15	SESSÃO FINAL
	AUDITÓRIO FERNANDO TÁVORA + SALA PLANA	7 RELATORES
	19H30	CONVÍVIO STARBURSTING

STARBURSTING

STARBURSTING é uma forma de brainstorming que procura gerar camadas de questionamento em vez de respostas unívocas e imediatas.

Como vamos habitar em 25 de Abril de 2074?

O **Mais do que Casas STARBURSTING** ambiciona desconstruir esta pergunta complexa através de um desdobramento temático que espelha a diversidade de problemas com que a Arquitetura, entendida num espectro disciplinar lato, se confronta contemporaneamente.

Nesse sentido, definem-se **SETE temas** e um conjunto inicial de perguntas, **DUAS perguntas** por tema, que decorrem do **Manifesto “Mais do que casas”**.

No evento proposto, a decorrer no dia **12 de fevereiro de 2025** nas instalações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), propõe-se uma discussão estruturada em **CATORZE sessões paralelas**. As propostas apresentadas resultam de uma chamada de artigos, com revisão cega por pares.

Cada sessão instiga a discussão sobre **UMA pergunta concreta**, espolitando novas perguntas: **como, quem, quando, o quê, onde, porquê**, serão as dúvidas ou inquietações que procuram adensar a discussão, refinar pontos de vista e perspetivas de abordagem, mais do que cristalizar soluções específicas.

A presente publicação resulta de uma chamada de artigos que esteve aberta a toda a comunidade académica e científica. As propostas resultam de investigações individuais e/ou coletivas, nas quais participam alunos de mestrado integrado/mestrado/doutoramento e investigadores/docentes de um número significativo de instituições de ensino, muitas das quais integradas no Mais do que Casas por via institucional.

QUESTIONAMENTO

#1 CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

- Q1. COMO CRIAR MODELOS DE CIDADE INCLUSIVA ATRAVÉS DA HABITAÇÃO?
- Q2. QUE SOLUÇÕES HABITACIONAIS PARA A GESTÃO DOS VAZIOS URBANOS?

#2 MODELOS DE HABITAÇÃO

- Q3. COMO DESBLOQUEAR INOVAÇÃO NAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO?
- Q4. COMO RENOVAR MODELOS DE HABITAÇÃO EM CONTEXTOS REGULAMENTARES RESTRITIVOS?

#3 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

- Q5. QUE ALTERNATIVAS ÀS ATUAIS POLÍTICAS DE RESPOSTA À CRISE DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL?
- Q6. O QUE SE RETIRA DO PROGRAMA SAAL NA REPOSIÇÃO DO DIREITO À CIDADE E À HABITAÇÃO?

#4 REABILITAÇÃO

- Q7. COMO EQUILIBRAR AS METAS NET-ZERO COM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL?
- Q8. QUE ABORDAGENS INOVADORAS DA REABILITAÇÃO URBANA PROMOVEM A HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL?

#5 ENCOMENDA PÚBLICA

- Q9. QUAL O BALANÇO CRÍTICO AOS CONCURSOS DE CONCEÇÃO PROMOVIDOS RECENTEMENTE PELO IHRU E PELA SRU LISBOA?
- Q10. EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS CONDICIONAM A PROPOSTA DE MODELOS DE HABITAÇÃO RENOVADOS?

#6 HABITANTE

- Q11. COMO INCLUIR OS HABITANTES NAS DECISÕES QUE DESENHAM O AMBIENTE CONSTRUÍDO RESIDENCIAL?
- Q12. COMO FACILITAR O ACESSO DOS HABITANTES ÀS ATUAIS MEDIDAS DE APOIO À HABITAÇÃO?

#7 ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Q13. COMO CRIAR SOLUÇÕES RESPONSIVAS E SOCIALMENTE PARTICIPADAS DE ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS?
- Q14. COMO OTIMIZAR O USO DE SISTEMAS PASSIVOS E CONDIÇÕES LOCAIS EM MODELOS DE HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL?

LINHAS TEMÁTICAS

#1 CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

- Q1.** COMO CRIAR MODELOS DE CIDADE INCLUSIVA ATRAVÉS DA HABITAÇÃO?
- Q2.** QUE SOLUÇÕES HABITACIONAIS PARA A GESTÃO DOS VAZIOS URBANOS?

Habitação acessível, mobilidade eficiente, espaços sociais e equipamentos em rede, acessibilidade a pessoas com necessidades diversas, entre outros, são fatores chave na construção de sociedades sustentáveis e inclusivas, tendo a Arquitetura um papel fundamental não só na remoção de barreiras arquitetônicas, mas fundamentalmente no planeamento de um ambiente construído integrado. A habitação é uma peça chave na estruturação de espaços urbanos inclusivos. De igual modo, na gestão da cidade e do espaço público, os vazios urbanos representam um desafio crítico e oportunidades para o desenvolvimento de soluções inovadoras de reutilização. Este desafio levanta a discussão sobre estratégias para conjugar o potencial destes espaços com as necessidades e aspirações das comunidades locais.

#2 MODELOS DE HABITAÇÃO

- Q3.** COMO DESBLOQUEAR INOVAÇÃO NAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO?
- Q4.** COMO RENOVAR MODELOS DE HABITAÇÃO EM CONTEXTOS REGULAMENTARES RESTRITIVOS?

Considera-se que a abordagem ao projeto da habitação deve ser holística, interligando desafios sociais como o envelhecimento da população, as alterações climáticas, a eficiência energética, os processos participativos, a adaptação a padrões de vida em mudança, o conforto e o bem estar, entre outros, colocando a Arquitetura e a investigação através do projeto numa posição central de debate. Nesse sentido, a discussão contemporânea do “problema da habitação”, além de política, é também eminentemente arquitetónica e, por conseguinte, deverá incorporar a vertente da atualização de tipos e modelos de habitação (numa lógica oposta à ideia de projeto-tipo), ultrapassando propostas cristalizadas. Os modelos (ainda) vigentes conformam, entre outros aspetos, soluções pouco resistentes a alterações dos modos de vida que possam refletir, por exemplo, situações de convívio intergeracional, atividades como o trabalho a partir de casa, ou questões gerais como a adaptação ao envelhecimento dos habitantes ou a adequação a critérios de eficiência energética. Contemporaneamente, urge instigar e desbloquear processos que promovam inovação e renovação das tipologias de habitação.

#3 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

- Q5.** QUE ALTERNATIVAS ÀS ATUAIS POLÍTICAS DE RESPOSTA À CRISE DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL?
- Q6.** O QUE SE RETIRA DO PROGRAMA SAAL NA REPOSIÇÃO DO DIREITO À CIDADE E À HABITAÇÃO?

A discussão contemporânea da crise habitacional tem sido impulsionada em Portugal através de estratégias de carácter político, traduzidas em alterações legislativas como a promulgação da Nova Geração de Políticas Públicas de Habitação (2018), da Lei de Bases da Habitação (2019), e da recente aprovação pelo governo do pacote de medidas Mais Habitação (2023). O debate em torno das políticas de habitação espolta também uma reflexão sobre o legado do programa SAAL na luta pelo direito à cidade e à habitação, demonstrando o potencial dos processos inclusivos e participativos. A revisita ao programa SAAL surge então como mote para o desenho de estratégias futuras, questionando sobre a possível integração e adaptação dos seus princípios a estratégias contemporâneas. Ao refletir sobre as atuais políticas de habitação e sobre o SAAL lança-se assim o debate sobre alternativas inovadoras de resposta à crise da habitação em Portugal.

#4 REABILITAÇÃO

- Q7.** COMO EQUILIBRAR AS METAS NET-ZERO COM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL?
- Q8.** QUE ABORDAGENS INOVADORAS DA REABILITAÇÃO URBANA PROMOVEM A HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL?

A reabilitação é um meio reconhecido e eficaz para a redução do consumo global de energia. Este entendimento desencadeou a promoção de medidas como a “renovation wave” com o objetivo de melhorar a eficiência energética dos edifícios e os padrões de vida dos Europeus, reduzindo as emissões de carbono e combatendo os elevados índices de pobreza energética. Estas ações de reabilitação devem, no entanto, acautelar a preservação do património habitacional. O desafio de equilibrar as metas Net-zero levanta o debate sobre a definição de medidas de reabilitação energética que respeitem a integridade e a identidade histórica dos edifícios. Neste âmbito, abordagens inovadoras são essenciais para alcançar habitações energeticamente sustentáveis, o que inclui o uso de energias renováveis, materiais eco-friendly e a criação de comunidades autossuficientes. O debate sobre as práticas de intervenção correntes, na dupla vertente de preservação do património e de promoção de sustentabilidade na habitação, é essencial para a inovação no sector da construção.

#5 ENCOMENDA PÚBLICA

- Q9.** QUAL O BALANÇO CRÍTICO AOS CONCURSOS DE CONCEÇÃO PROMOVIDOS RECENTEMENTE PELO IHRU E PELA SRU LISBOA?
- Q10.** EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS CONDICIONAM A PROPOSTA DE MODELOS DE HABITAÇÃO RENOVADOS?

Segundo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), esta entidade lançou, desde 2020, 26 concursos de conceção, a que correspondem um total de 2.816 habitações, “Dando continuidade à estratégia estabelecida para dar resposta às famílias que não têm capacidade de aceder a uma habitação no mercado livre”. Estes concursos promovem a construção de habitações enquadradas no regime de Habitação a Custos Controlados (HCC) e destinam-se a arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível (PAA). Paralelamente, a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) tem levado a cabo em Lisboa a construção de habitação a custos acessíveis promovida pelo Município, através de programas de habitação pública enquadrados na Nova Geração de Políticas Públicas de Habitação. Estas iniciativas avolumam concursos, projetos e obras já construídas, constituindo matéria relevante de reflexão sobre a resposta pública aos problemas da Habitação em Portugal.

#6 HABITANTE

- Q11.** COMO INCLUIR OS HABITANTES NAS DECISÕES QUE DESENHAM O AMBIENTE CONSTRUÍDO RESIDENCIAL?
- Q12.** COMO FACILITAR O ACESSO DOS HABITANTES ÀS ATUAIS MEDIDAS DE APOIO À HABITAÇÃO?

Face ao contexto atual em que a qualidade dos espaços e o acesso à habitação se destacam como questões prementes, torna-se imperativo assegurar a participação ativa dos habitantes na tomada de decisões. Os processos participativos e de cocriação surgem como estratégias fundamentais para o desenvolvimento de espaços mais inclusivos, e comunidades sustentáveis e resilientes. O envolvimento dos habitantes desde a fase inicial dos processos assegura, também, uma resposta mais assertiva e ajustada às suas necessidades e expectativas. Medidas como a criação de canais de comunicação acessíveis e a implementação de novos programas e políticas de gestão são igualmente essenciais para garantir um acesso democrático aos recursos e instrumentos de financiamento disponíveis. Promover o envolvimento ativo e eficaz dos habitantes nos processos e agilizar o acesso a medidas de apoio preconizadas pelos instrumentos em vigor são práticas urgentes, que importa contextualizar em Portugal.

#7 ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Q13. COMO CRIAR SOLUÇÕES RESPONSIVAS E SOCIALMENTE PARTICIPADAS DE ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS?

Q14. COMO OTIMIZAR O USO DE SISTEMAS PASSIVOS E CONDIÇÕES LOCAIS EM MODELOS DE HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL?

Num contexto em que as cidades são afetadas por múltiplas pressões (ambientais, sociais e económicas), aumenta a vulnerabilidade social à poluição atmosférica, ao ruído e às temperaturas extremas, fatores que interagem e têm maior impacto na saúde e na qualidade de vida da população com menos recursos económicos, pessoas mais velhas e crianças. A adaptação às alterações climáticas exige, de igual modo, o desenvolvimento de modelos de habitação sustentável. O uso de sistemas passivos como a orientação solar, a ventilação natural ou dispositivos de sombreamento, aliados à otimização das condições naturais do local como o clima (temperatura e ventos dominantes) e a geografia (topografia e vegetação) contribuem para a redução da dependência de meios mecânicos e para a mitigação dos impactos ambientais associados à construção. Criar soluções participadas e otimizadas, tanto no desenho do espaço público como na conceção dos edifícios de habitação são desafios prementes em Portugal, tendo como referência outros países em se verifica um lastro de experimentação com maior consolidação.

#1

CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Q1 COMO CRIAR MODELOS DE CIDADE INCLUSIVA ATRAVÉS DA HABITAÇÃO?

- P.23 A RECUPERAÇÃO DE UMA MEMÓRIA EM RESPOSTA À NECESSIDADE DE HABITAÇÃO
Joana Sabino Barreto
- P.24 COMUNIDADE INTER-GERACIONAL
Joana Martins
- P.25 POROSIDADE URBANA E ARQUITECTÓNICA: O QUE É, PORQUE IMPORTA, QUANDO DESAPARECEU E COMO RECUPERAR?
Rita Castel' Branco
- P.26 REVISITAR O BAIRRO DA MALAGUEIRA: LIÇÕES PARA O PRESENTE E O FUTURO DAS CIDADES
Rodrigo Coelho
- P.27 RUMO À RESSIGNIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA DA URBANIDADE
Andreia Garcia

Q2 QUE SOLUÇÕES HABITACIONAIS PARA A GESTÃO DOS VAZIOS URBANOS?

- P.29 ÁGUAS CRUZADAS
Teresa Amaro Alfaiate
- P.30 *CHÃO NOSSO*: NAVE PARA 2074
Álvaro Domingues
Helena Barbosa Amaro
- P.31 ECO EXPLORAÇÕES: ARQUITETURA REGENERATIVA NA ACADEMIA
Nadir Bonaccorso
- P.32 FAZER CIDADE OU COMO HABITAR O VAZIO URBANO?
Rodrigo Lino Gaspar
- P.33 HABITAR A LINHA. O ESPAÇO INFRAESTRUTURAL ENQUANTO HABITAR CONTEMPORÂNEO
Tomás Abelha
- P.34 O VAZIO URBANO COMO EQUIPAMENTO CULTURAL ALTERNATIVO NA CIDADE DO FUTURO: O CASO DO ZÉNITE EM LISBOA
Henrique Soeiro Andrade
Lorenzo Stefano Iannizzotto

#2

MODELOS DE HABITAÇÃO

Q3

COMO DESBLOQUEAR INOVAÇÃO NAS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO?

- P.37 BACK TO BASICS: REPENSAR O TIPO E OS ELEMENTOS DA ARQUITETURA
Tiago Lopes Dias
- P.38 CASA COMUM.
A HABITAÇÃO INTERGERACIONAL ENQUANTO MODELO DE BOAS PRÁTICAS
Inês Salema Guilherme
- P.39 FLEXIBILIDADE E MEMÓRIA
Miguel Malheiro
Alexandra Saraiva
- P.40 PROJETO BRANDA CIENTÍFICA:
DA REATIVAÇÃO DE UM SISTEMA DE HABITAÇÃO ESTACIONAL
Ana Luísa Salgado
Nuno Valentim
- P.41 THE FREEDOM OF CONSTRAINTS: INSIGHTS FROM
THE INNOVATIVE HOUSING PROJECTS OF CACCIA DOMINIONI
Mahdi Alizadeh
Luís Viegas

Q4

COMO RENOVAR MODELOS DE HABITAÇÃO EM CONTEXTOS REGULAMENTARES RESTRITIVOS?

- P.43 HABITAR O *TERROIR* PICO: A PROBLEMÁTICA DE RENOVAÇÃO
DOS MODELOS DE HABITAÇÃO EM PAISAGENS CULTURAIS
Ana Laura Vasconcelos
- P.44 121 A 123 DA RUA DA BAINHARIA
Olga Rita Álvarez Guillén
Teresa Fonseca
- P.45 RESIDENTIAL HOME STRUCTURES PLUS 65 YEARS OLD IN LISBON,
PORTUGAL. AUTOMATION OF THE SHAPE GRAMMAR RULES
Filipe Montenegro Guterres

#3

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

Q5

QUE ALTERNATIVAS ÀS ATUAIS POLÍTICAS DE RESPOSTA À CRISE DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL?

P.48 O FUTURO DO PASSADO: O POTENCIAL DA ASSESSORIA TÉCNICA,
DAS RENDAS RESOLÚVEIS E DAS COOPERATIVAS
NO ACESSO A HABITAÇÃO CONDIGNA
Ana Silva Fernandes

P.49 PORQUÊ REPETIR OS MESMOS ERROS?
UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA CONSTRUIR PORTUGAL
E SEU POTENCIAL IMPACTO NO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Nuno Travasso

P.50 "CAMINHO PARA O LAR". A POLÍTICA E A PROPAGANDA
DA "CASA PRÓPRIA" COMO HERANÇA A QUESTIONAR
Sérgio Dias da Silva

Q6

O QUE SE RETIRA DO PROGRAMA SAAL NA REPOSIÇÃO DO DIREITO À CIDADE E À HABITAÇÃO?

P.52 50 ANOS DEPOIS: A EVOLUÇÃO DOS BAIRROS SAAL
EM LISBOA E NO PORTO
Ana Catarina Costa
Ricardo Santos

P.53 A HERANÇA METODOLÓGICA DO SAAL: O CASO DA ILHA DA BELA VISTA
Francisca Machado
Eduardo Fernandes

P.54 PREFABRICAÇÃO: UMA SOLUÇÃO FÁCIL PARA UM PROBLEMA COMPLEXO
Diego Inglez de Souza

#4

REABILITAÇÃO

Q7

COMO EQUILIBRAR AS METAS NET-ZERO COM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL?

P.57 CONTRIBUTOS PARA UM ATLAS DE REUSO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO
Teresa Cunha Ferreira
Pedro Murilo de Freitas

P.58 PROGRAMA HABITACIONAL DA COMISSÃO
PARA O ALOJAMENTO DE REFUGIADOS (CAR)
Pedro Sá

Q8 QUE ABORDAGENS INOVADORAS DA REABILITAÇÃO URBANA PROMOVEM A HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL?

P.60 CIDADES SAUDÁVEIS E QUALIDADE VISUAL URBANA - ANÁLISE PRÉVIA
À REABILITAÇÃO URBANA
Catarina Freitas

P.61 A ENVOLVENTE HABITÁVEL: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA
NA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS
Cláudio Meireis

P.62 O REUSO NA ARQUITETURA:
UMA OPORTUNIDADE PARA AS CRISES DO SÉCULO XXI
Ana Filipa Batista Alvanéo

P.63 SLOW LIVING E PERCEÇÃO
Beatriz Neves
Carla Andreia de Carvalho

P.64 CONVERTER EDIFÍCIOS DEVOLUTOS EM HABITAÇÃO ACESSÍVEL:
REFERÊNCIAS PARA UMA RESPOSTA HABITACIONAL ADEQUADA EM ÁREAS
URBANAS CONSOLIDADAS
Joana Mourão

#5

ENCOMENDA PÚBLICA

Q9 QUAL O BALANÇO CRÍTICO AOS CONCURSOS DE CONCEÇÃO PROMOVIDOS RECENTEMENTE PELO IHRU E PELA SRU LISBOA?

P.67 A ENCOMENDA PÚBLICA DE HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS
EM PORTUGAL. UMA ANÁLISE TIPOLOGICA E CONSTRUTIVA
Rui Ferreira
Carlos Maia

P.68 CONCURSOS DE CONCEÇÃO -
O DESAPARECIMENTO DA ARQUITECTURA NO DEBATE SOBRE A HABITAÇÃO
Nuno Castro Caldas

P.69 HABITAÇÃO CRÍTICA: RECOLHA E PARALELO DOS CONCURSOS DO IHRU
Luís Santiago Baptista
Nuno Griff

Q10 EM QUE MEDIDA OS PROGRAMAS
DOS CONCURSOS PÚBLICOS
CONDICIONAM A PROPOSTA
DE MODELOS DE HABITAÇÃO
RENOVADOS?

- P.71 HABITAÇÃO CRÍTICA:
O WORKSHOP COMO MODELO DE INVESTIGAÇÃO TIPOLÓGICA
Filipe Quaresma
Maria Pais

#6 **HABITANTE**

Q11 COMO INCLUIR OS HABITANTES
NAS DECISÕES QUE DESENHAM
O AMBIENTE CONSTRUÍDO
RESIDENCIAL?

- P.74 A PAISAGEM SONORA NO DESENHO PARTICIPATIVO
DO ESPAÇO DOMÉSTICO
Marina Santos
Jorge Nunes
- P.75 ARQUITETURA E IDEOLOGIA:
UMA FIGURAÇÃO DO COMUM, A PARTIR DE CASA BRANCA
Daniel Jesus
- P.76 HOW TO UNDERSTAND THE CLIENT USING APPLIED SEMIOTICS?
PROPOSAL OF COMMUNICATION MODEL AND ITS APPLICATION USING THE
EXAMPLE OF BAIRRO DO PEGO LONGO, BY BARTOLOMEU COSTA CABRAL
Krzysztof Michal Muszynski
Mariana de Oliveira Couto Muszynski
- P.77 CAMINHAR-REPRESENTAR-IMAGINAR
NO BAIRRO DA EMBOLADOURA, EM GUIMARÃES, COM CRIANÇAS
Gabriela Trevisan
Mariana Martins de Carvalho
- P.78 O PAPEL DA CULTURA EM ESTRATÉGIAS URBANAS INCLUSIVAS.
PERSPETIVAS E PRÁTICAS NA ZONA ORIENTAL DE LISBOA
Laura Pomesano
- P.79 RUAS QUE CONTAM HISTÓRIAS:
ARQUITETURAS DE PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DA LOMBA
Francisca Weiner
Joana Cruz

Q12 COMO FACILITAR O ACESSO DOS HABITANTES ÀS ATUAIS MEDIDAS DE APOIO À HABITAÇÃO?

P.81 ARQUITECTOS DE FAMÍLIA: ESTRATÉGIAS DE INTERMEDIACÃO
Ana Pires

#7 ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Q13 COMO CRIAR SOLUÇÕES RESPONSIVAS E SOCIALMENTE PARTICIPADAS DE ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS?

P.84 ASSESSMENT OF OUTDOOR THERMAL COMFORT FOR AN AGE-FRIENDLY AND CLIMATE-ADAPTED PUBLIC SPACE
Rachita Klinmalee
Helena Corvacho

P.85 CLIMATE CHANGE AND ENVIRONMENTAL RACISM: LOCAL KNOWLEDGE AND PARTICIPATORY APPROACH AS A TOOL FOR ADAPTING PUBLIC SPACE
Kiki Moreira Soares
Fabiano Maciel Soares

P.86 DESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO RESPONSIVO AO STRESS CLIMÁTICO: COMUNIDADE, ENVELHECIMENTO, VULNERABILIDADE
Ana Martins

P.87 UMA ANÁLISE DA CIRCULARIDADE DO SISTEMA ALIMENTAR A PARTIR DE PRÁTICAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DO PORTO
Jeff Anderson

P.88 PROPOSTA DE PLANEAMENTO DE UMA REDE DE ABRIGOS CLIMÁTICOS – APLICAÇÃO À CIDADE DO PORTO
Maria Luísa Scharlau da Silva
Sara Maria dos Santos Rodrigues da Cruz

P.90 UM LUGAR À SOMBRA UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS ONDAS DE CALOR
Isabel Martinho da Silva
Rita Moura

P.91 A STEP-BY-STEP FRAMEWORK FOR ENHANCING WALKABILITY
AND URBAN GREEN RESILIENCE: GUIDELINES FOR GREEN
AND RESTING AREAS IMPLEMENTATION USING THE WIEH INDEX
Franklin Gaspar
Fernando Brandão Alves

Q14 COMO OTIMIZAR O USO DE SISTEMAS PASSIVOS E CONDIÇÕES LOCAIS EM MODELOS DE HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL?

P.94 A VARANDA MEDITERRÂNEA COMO UM ARQUÉTIPO DE BEM-ESTAR
Catarina Ribeiro
Nuno Ramos

P.95 ALÉM DO CONFORTO: REDEFINIR A VIVÊNCIA TÉRMICA NA ARQUITETURA
Pedro Santiago

P.97 ARQUITECTURA PARA MAIS DO QUE HUMANOS: PENSAR A
SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA REVALORIZAÇÃO DE DIMENSÕES
ECOSSISTÉMICAS QUALITATIVAS NO PROJECTO
Bruno Marambio Márquez
Sergio Elórtogui Francioli

P.98 THERMAL AND NATURAL LIGHT COMFORT ANALYSIS OF BOUÇA SOCIAL
HOUSING DEVELOPMENT IN PORTO, PORTUGAL
Susana Alexandra Santos Pereira
Paulo Jorge Figueira de Almeida Urbano de Mendonça

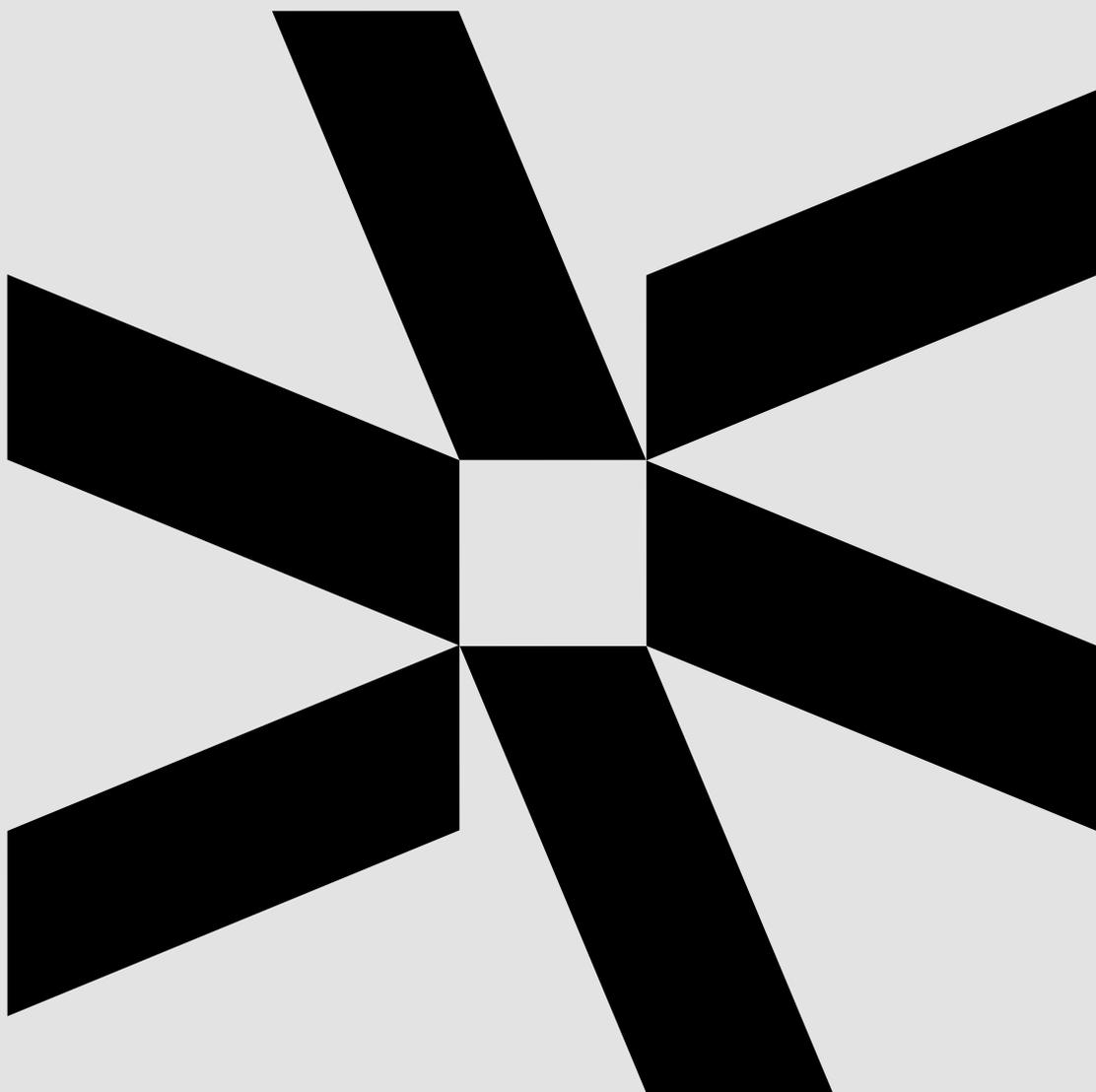
#1

CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Habitação acessível, mobilidade eficiente, espaços sociais e equipamentos em rede, acessibilidade a pessoas com necessidades diversas, entre outros, são fatores chave na construção de sociedades sustentáveis e inclusivas, tendo a Arquitetura um papel fundamental não só na remoção de barreiras arquitetônicas, mas fundamentalmente no planeamento de um ambiente construído integrado. A habitação é uma peça chave na estruturação de espaços urbanos inclusivos. De igual modo, na gestão da cidade e do espaço público, os vazios urbanos representam um desafio crítico e oportunidades para o desenvolvimento de soluções inovadoras de reutilização. Este desafio levanta a discussão sobre estratégias para conjugar o potencial destes espaços com as necessidades e aspirações das comunidades locais.

Q1

COMO CRIAR MODELOS
DE CIDADE INCLUSIVA
ATRAVÉS DA HABITAÇÃO?



A RECUPERAÇÃO DE UMA MEMÓRIA EM RESPOSTA À NECESSIDADE DE HABITAÇÃO

JOANA SABINO BARRETO

Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto (FAUP).
alumna
up201808047@arq.up.pt

A imagem sombria e abandonada da antiga fábrica de Lanifícios da Chemina, bem como de toda a área envolvente motivaram a readequação do espaço às necessidades e condições atuais da população. O atual crescimento urbano desordenado, o abandono dos edifícios que se mantém sem perspetiva de futuro e a crescente preocupação com a sustentabilidade justificam a atitude e vontade de preservar e utilizar o que existe em resposta àquilo que é preciso. Neste sentido, o estudo realizado no âmbito da dissertação do Mestrado Integrado em Arquitectura ambiciona a requalificação e revitalização do espaço circundante à antiga fábrica localizada em Alenquer, num espaço útil e necessário para a população, procurando responder a diferentes questões atuais – habitação, envelhecimento e intergeracionalidade – enquanto se preserva a memória do lugar. O projeto resultou da vontade de reanimar um lugar esquecido em prol de uma sociedade que pode encontrar, neste espaço, possíveis respostas aos problemas mencionados, cuja investigação procurou o propósito mais adequado para a reabilitação de uma área com importância significativa tanto para a população, como a malha urbana da vila. Assim, estabelecemos como objetivos gerais o tratamento do espaço público e privado na criação de um ambiente possível de ver realizadas diferentes atividades humanas. Consequentemente, da vontade de desenhar um espaço de união, reunião e movimento, desdobram-se objetivos ancorados à reabilitação do edificado num programa de habitação coletiva e Intergeracional que observa as crises mencionadas e contribui com mais habitação num lugar onde reina o esquecimento e a falta de previsões de um futuro. Pretende-se que toda a área de intervenção resulte num espaço habitável onde a reabilitação abre caminho para diferentes modos de utilização do espaço público e privado, quer através da criação de habitação, de um centro Intergeracional, de uma residência para idosos ou do espaço público comum envolvente.

Palavras-chave

HABITAÇÃO / REABILITAÇÃO / ESPAÇO PÚBLICO
/ INTERGERACIONALIDADE

COMUNIDADE INTER-GERACIONAL

JOANA MARTINS

jmargaridamartins@gmail.com

Em 2023, Portugal teve o índice de envelhecimento mais acelerado de toda a União Europeia. Como é que as políticas de habitação que estão em vigor hoje farão face a este facto que se vai repercutir no nosso futuro? Devemos encarar o problema social do envelhecimento desadequado e solitário não como uma questão apenas geriátrica, mas transversal a toda a sociedade. A habitação pode e deve contribuir para um envelhecimento saudável, inclusivo, ativo e com propósito. Promoveu-se a ideia de que todos devemos ser proprietários e, pior, de que uma casa é para toda a vida. Por essa razão, envelhecemos em habitações frias e desadequadas, com muitos quartos e, infelizmente sozinhos. Os filhos saem e os pais ficam, sem propósito ou rede de apoio, até ao momento em que não estão mais capazes. Urge encontrarmos alternativas aos lares como os conhecemos. Precisamos de bairros/cidades inter-geracionais onde as pessoas sejam estimuladas a viver, a manter-se ativas e envolvidas na sociedade. Aceitemos que os portugueses têm de ser proprietários e acrescentemos ao modelo de cooperativa de habitação de propriedade coletiva a ideia de permuta de habitações, numa tentativa de adaptação à realidade portuguesa. Permitindo às pessoas trocar de habitação para uma mais adaptada às suas necessidades sem que com isso percam o seu investimento. Não será uma solução para todas as faixas etárias e classes sociais. Numa primeira fase parece-nos dar resposta a dois grupos: os idosos e os jovens que procuram emancipar-se. Com preços justos e de forma não especulativa. Associada a um banco de horas de entre-ajuda promovido pela cooperativa, uma vez que metade da sociedade vive com pressa e a outra metade não encontra propósito para o seu tempo e, por isso, envelhece mais rapidamente.

Palavras-chave

ENVELHECIMENTO < INTER-GERACIONALIDADE
< COOPERATIVAS < COMUNIDADE

POROSIDADE URBANA E ARQUITECTÓNICA: O QUE É, PORQUE IMPORTA, QUANDO DESAPARECEU E COMO RECUPERAR?

RITA CASTEL'BRANCO

CiTUA, Instituto Superior Técnico,
Universidade de Lisboa, Av. Rovisco
Pais 1, 1049-001 Lisboa, Portugal.
rita.castelbranco@tecnico.ulisboa.pt

Ainda que sempre tenha existido a espacialização da pobreza, o fenómeno tornou-se particularmente expressivo a partir do Movimento Moderno. Em resultado dos seus princípios, massivamente experimentados no pós-Guerra, a erosão da porosidade foi notada de forma adversa, por diferentes autores, como Jacobs (1961), Gehl (1971), Alexander et al. (1977), Bently et al. (1985), Whyte (1980), Panerai et al. (2004), Sennett (2011 e 2018) e Sim (2019). A maioria não fez referência ao termo, mas abordou a importância de vários dos seus aspetos, relacionando-os com caminhabilidade, vida urbana e coesão social.

Apesar da crescente relevância atribuída ao termo, que integra ideias como coexistência, sobreposição e transição gradual, até recentemente a porosidade do ambiente urbano permaneceu na indefinição. Foi nesse contexto que surgiu o trabalho de Castel' Branco e Ricardo da Costa (2024), que aqui se resume. Tendo em vista a sua recuperação, este estabeleceu os conceitos de porosidade urbana e arquitetónica, os critérios que as determinam e formas de os avaliar. Revisitou ainda os princípios modernistas que foram contrários à porosidade, demonstrando a sua gradual erosão através da comparação de cinco bairros de Lisboa de diferentes épocas.

O estudo conclui que, ao manter princípios modernistas, a regulamentação portuguesa encoraja paisagens urbanas fragmentadas e edifícios impermeáveis. Além disso, ao tornar a porosidade compreensível e mensurável, o estudo torna-a também exigível, potenciando a criação de bairros mais coesos e inclusivos.

Palavras-chave

PERMEABILIDADE URBANA / FRONTEIRAS POROSAS / APROPRIAÇÃO
/ FACHADAS ACTIVAS / COESÃO SOCIAL

REVISITAR O BAIRRO DA MALAGUEIRA: LIÇÕES PARA O PRESENTE E O FUTURO DAS CIDADES

RODRIGO COELHO

CEAU-FAUP.
rodrigo.coelho@arq.up.pt

“O quê, porquê e onde”

Perante a tendência de expansão, diversificação e fragmentação das cidades contemporâneas, um dos principais desafios que se coloca aos arquitectos é a articulação das diferentes formas de convivência que caracterizam o espaço urbano actual. Este desafio é particularmente pertinente nas zonas periféricas, onde a expansão habitacional assume um papel central na configuração da cidade alargada; este desafio pressupõe saber como materializar, as novas formas de habitar, de interação social e de deslocação, capazes de promover e construir uma cidade equilibrada, aberta à evolução e à diversidade.

“Como”

A(s) resposta(s) a este(s) desafio(s) implica(m), numa acção continuada e de longo prazo, a concepção da cidade actual e futura como um sistema de centralidades que promovam o reequilíbrio social e territorial; o que requer a valorização dos centros, dos tecidos urbanos e da mobilidade, com particular ênfase nos espaços públicos, que desempenham um papel fundamental como âncoras na concretização do objectivo de *fazer cidade sobre a cidade*.

É neste contexto que nos parece pertinente (re)visitar o projeto do Bairro da Malagueira. Projetado e construído sob condições geográficas e sociopolíticas particulares, que sentido terá voltar a estudar o Bairro da Malagueira, passados mais de 45 anos do início da sua construção? Que respostas trará quanto à forma de projetar e habitar o espaço público da cidade presente e futura?

Interessa-nos, sobretudo, ler e interpretar o Projecto do Bairro da Malagueira como uma intervenção delicada, e capaz de refundar um lugar a partir de uma acção de projecto que interpreta e propõe um desenho de síntese a partir de um conjunto de relações cruzadas entre fragmentos urbanizados, território e cidade tradicional, entre passado, presente e futuro, entre tradição e inovação (Coelho, 2012:257).

Tendo em conta este enquadramento, procuraremos, a partir deste exemplo, retirar ensinamentos para construir a cidade futura, sublinhando de que forma e porquê este exemplo se apresenta, ainda, como referências notável para pensar e construir cidade à luz da actual condição urbana.

Palavras-chave

CIDADE / ESPAÇO PÚBLICO / BAIRRO DA MALAGUEIRA
/ EXPANSÃO URBANA HABITACIONAL / ÁLVARO SIZA

RUMO À RESSIGNIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA DA URBANIDADE

ANDREIA GARCIA

Universidade da Beira Interior
— Centro de Investigação
em Arquitectura, Urbanismo
e Design (CIAUD-UBI).
andreasogarcia@gmail.com

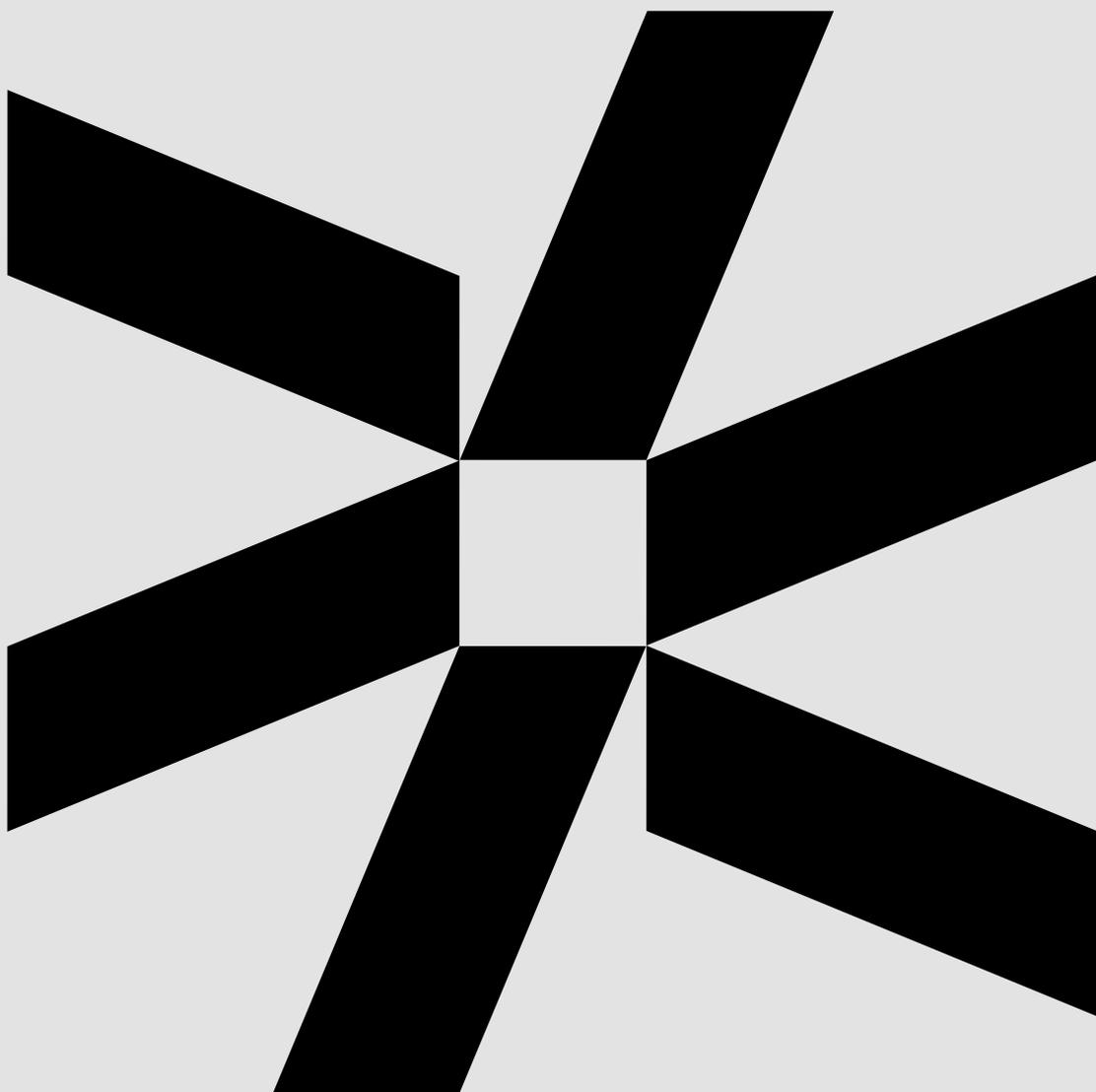
Neste artigo, parte-se da ideia da evolução das formas e processos de urbanização aproveitando o momento para o debate e a produção de pensamento num quadro de renovação epistemológica, convocando questões políticas e sociais consideradas fundamentais. Com base nesta abordagem, e conscientes da profunda crise ecológica e climática, do aprofundamento do Capitaloceno, e dos variados processos sociometabólicos implicados no planeta — que contribuem para o argumento que define este momento de incertezas fundamentais —, propõe-se a sistematização de algumas possibilidades. A partir de um exemplo paradigmático no Fundão, são apresentados alguns argumentos que permitem sensibilizar para a necessidade de repensar o papel da arquitetura, e de respostas ao habitar efetivamente inclusivas, em condições limite da periferização social, muitas vezes negligenciadas.

Palavras-chave

COVA DA BEIRA / FUNDÃO / PERIFERIZAÇÃO / MIGRANTES

Q2

QUE SOLUÇÕES
HABITACIONAIS
PARA A GESTÃO DOS
VAZIOS URBANOS?



ÁGUAS CRUZADAS

TERESA AMARO ALFAIATE

Arquitectura Paisagista,
Instituto Superior de Agronomia,
Universidade de Lisboa.
mtalfaiate@isa.ulisboa.pt

O desenho e gestão holística da água no sistema urbano permitem relacionar campos de ação e regeneração cruzando água de várias naturezas, a qual tem um papel matricial no equilíbrio do metabolismo urbano e na geração de cultura e continuidade. Enquanto artefacto a água é um relator de várias naturezas. A análise dos processos de formação e construção dos percursos urbanos da água, a distribuição e frequência das estruturas hidráulicas, ainda que desativadas, e a condição dos vazios urbanos no que se refere à dinâmica da água, com foco nos logradouros e espaço verde público, revelam um enorme potencial, passível de reponderação a partir de processos contemporâneos e da exploração de sinergias entre si. Focando o contexto da cidade de Lisboa, são identificadas quatro linhas de trabalho e reconversão ambiental, social e cultural as quais antevêm repercussões urbanas em múltiplas dimensões, destacando os seus diretos contributos na mitigação das consequências das alterações climáticas, em curso. Estas reverberam este tecido vital na qualificação da condição das formas de vida e da habitação, reinventando uma escala humana e experiencial na relação com a água e, relacionando-as a partir de uma cultura comum.

Palavras-chave

ÁGUA E HABITAÇÃO / VAZIOS URBANOS / DESENHO HOLÍSTICO DA ÁGUA

CHÃO NOSSO: NAVE PARA 2074

ÁLVARO DOMINGUES

CEAU/FAUP.
alvarodomingues2@gmail.com

HELENA BARBOSA AMARO

CEAU/FAUP.
amaro.helena@gmail.com

#2

Cidade e espaço público são metáforas. Espaço público é disputa e medição de forças. A cavalgada das políticas liberais erodiu o significado e a materialização do público e dos seus modos de partilha. A ética da política pública foi colonizada por interesses privados, legitimados pelo expediente da defesa da diversidade e da tolerância do indivíduo, do valor de mercado, etc. Urbanidade que favoreça a sociedade assegurará a hospitalidade e a justiça social, pela distribuição das coisas comuns, dos dispositivos de inclusão.

Em 1976, no artigo 65.º da CRP, previu-se o direito a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. Mas a habitação pública é cerca de 2% do total. O resto é mercado e mercadoria: é a economia FIRE, comandada por interesses globais.

Em contramão, propõe-se a identificação dos vazios urbanos pertinentes, estratégica e criteriosamente eleitos, para serem realizáveis. Situados na área de influência dos nós das redes de mobilidade e de relação, destinar-se-ão aos projectos garantes da mobilidade espacial e social dos cidadãos.

Este *Chão Nosso* seria um *chão comum*, como baldios no contexto urbano, garantia de um chão de cultivo dos vizinhos, para superação não clandestina da escassez. Seria também um *chão vazio-mesmo-vazio*, espaço público, alternativo ao espaço liberal, sobreconstruído, hiperdesenhado, e monetarizado, de difícil acesso e fruição. E seria também espaço a ser construído, com edificado condigno, garante universal do acesso à habitação.

Recorre-se à fotografia digital e à cartografia para identificação, registo e análise de vazios urbanos pertinentes, escolhidos pela sua inscrição espacial, dimensão, simbolismo, vizinhança ou uso possível. Pelo ensaio visual, antecipa-se, pela imaginação, o futuro: *Chão Nosso* será uma *Nave para 2074*, dispositivo com o essencial para levantar voo.

Palavras-chave

ESPAÇO PÚBLICO < HABITAÇÃO < ESTADO SOCIAL < MOBILIDADE

ECO EXPLORAÇÕES: ARQUITETURA REGENERATIVA NA ACADEMIA

NADIR BONACCORSO

CIAUD, Research Centre for
Architecture, Urbanism and Design,
Lisbon School of Architecture,
Universidade de Lisboa.
nadirbonaccorso@gmail.com

O artigo explora os desafios das cidades modernas, responsáveis por 70% das emissões de gases de efeito estufa (GEE), com o setor da construção representando 40% desse total. Diante disso, políticas como o *European Green Deal* visam atingir a neutralidade carbónica até 2050. No entanto, além das soluções atuais, como a eficiência energética e o isolamento, o artigo defende a necessidade de uma regeneração urbana e arquitetónica mais ampla, que restabeleça a conexão entre humanos e a natureza nas cidades.

O trabalho analisado foi desenvolvido pelos alunos do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT) na unidade curricular de projeto do 2º ano, que se centrou no desenvolvimento de dois edifícios residenciais em Lisboa com impacto carbónico positivo. A abordagem foi orientada por conceitos de arquitetura regenerativa e ecologia urbana, visando uma cooperação entre humanos, flora e fauna. Os projetos exploraram o uso de sistemas bioclimáticos, como ventilação natural e sombreamento, além de estruturas modulares e prefabricadas.

A metodologia incluiu análises programáticas e climáticas utilizando maquetes físicas, programas *open source* e desenhos, tendo sido organizada em três fases: análise urbana, estudo prévio e integração de infraestruturas ecológicas. Os alunos também refletiram sobre o impacto ambiental, integrando soluções como fachadas vivas e ciclos de água.

O artigo destaca que, apesar das limitações no conhecimento técnico e histórico dos alunos, a experiência foi valiosa. Sugere-se que o tema seja explorado em profundidade em fases mais avançadas do curso, com a colaboração de disciplinas multidisciplinares, para formar arquitetos preparados para os desafios urbanos e climáticos.

Palavras-chave

ACADEMIA / ARQUITETURA REGENERATIVA / DESENHO INTERESPÉCIES
/ HABITAÇÃO / VAZIO URBANO

FAZER CIDADE OU COMO HABITAR O VAZIO URBANO?

RODRIGO LINO GASPAR

CEACT/UAL, CEEA/ESAP.
20040067@students.ual.pt

2

Como vamos habitar em 25 de Abril de 2074? remete-nos simultaneamente para a comemoração das liberdades adquiridas em 1974, para a questão habitacional nos últimos 50 anos de democracia, como para uma visão de futuro em comunidade. Nunca se falou tanto de habitação. Celebrando o pluralismo e a liberdade de expressão, este artigo procura contribuir para o debate de ideias neste domínio, de modo a ensaiar possíveis consensos.

Se a habitação era, inicialmente, colocada na questão do maior número, com a Revolução, tornou-se direito constitucional incumbindo o Estado de programar e executar uma política de habitação. Mas entretanto, o problema tornou-se uma questão de política económica. Continuamos a produzir arquitecturas da habitação, mas é preciso pensar uma outra escala de intervenção. É necessário colocarmos novamente a questão do *maior número*, para ambicionarmos um habitar para todos.

As cidades são os lugares principais de encontro, troca e negociação das nossas sociedades. 55% da população mundial vive hoje em meio urbano, em 2050 prevê-se atingir 68%. Se o destino é o crescimento, como poderemos todos habitar o mesmo espaço físico? Olhando o território de Lisboa, existe um grande número de vazios urbanos expectantes. Estes são os lugares onde é possível intervir noutra escala no problema da sustentabilidade, da habitação, mas sobretudo na hipótese de *fazer cidade*.

Propomos analisar o problema habitacional e urbano presente, cruzando três projectos construídos em vazios urbanos em Lisboa entre 1974 e 1999. Os casos foram seleccionados entre exemplos aclamados pela crítica disciplinar, geradores de debate na esfera pública e na hipótese do *fazer cidade*. Poderão estes exemplos dar-nos novas hipóteses para pensar soluções inovadoras para o *maior número* ou para *todos*? Poderão contribuir para pensarmos como iremos habitar daqui 50 anos?

Palavras-chave

VAZIO URBANO / MAIOR NÚMERO / FAZER CIDADE / HABITAT

HABITAR A LINHA. O ESPAÇO INTRAESTRUTURAL ENQUANTO HABITAR CONTEMPORÂNEO

TOMÁS ABELHA

Faculdade de Arquitetura
da Universidade de Lisboa.
alumnus
tomasabelha@gmail.com

Os elementos infraestruturais que se desdobram pelo tecido urbano de qualquer cidade podem representar inúmeros obstáculos para quem nela se move e habita diariamente. São, porém, estes elementos que fornecem dinâmicas favoráveis à vivência metropolitana, mostrando-se essenciais à mobilidade e ao direito à cidade.

Na pesquisa apresentada, uma breve análise da paisagem infraestrutural em cenário urbano, tomando em consideração exemplos de projeto - construídos, ou não - em várias cidades e por vários autores/arquitetos ao longo do tempo, tenta delinear uma proposta de projeto, desenvolvida em âmbito académico, que pretende repensar a barreira infraestrutural existente na Zona Ribeirinha Oriental da cidade de Lisboa que perpétua uma separação entre a cidade e o rio.

Através de uma visão puramente experimental e utópica, que ambiciona adaptar-se a vários contextos, propõe-se a substituição das existentes linhas ferroviárias desativadas do porto marítimo pelo desenho do futuro traçado do percurso do eléctrico 15E e, a partir daí, desenvolvem-se 3 implantações de um “edifício-infraestrutura” que serve maioritariamente como proposta de habitação, pousando diretamente sobre a linha infraestrutural – numa lógica de envolvimento e apropriação - repensando assim este espaço e a forma como pode ser habitado.

Deste modo, o projeto pretende apresentar uma possibilidade de resposta à crise habitacional através de um outro olhar sobre a infraestrutura ferroviária, transformando-a num meio de transporte suave que comunica diretamente com a habitação, o espaço público, a cidade e as pessoas.

Palavras-chave

INFRAESTRUTURA / HABITAÇÃO / ESPAÇO PÚBLICO / VAZIOS URBANOS
/ MOBILIDADE URBANA

O VAZIO URBANO COMO EQUIPAMENTO CULTURAL ALTERANTIVO NA CIDADE DO FUTURO: O CASO DO ZÉNITE EM LISBOA

HENRIQUE
SOEIRO ANDRADE

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa. hssae1@iscte-iul.pt

LORENZO STEFANO
IANNIZZOTTO

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa. lorenzo_stefano_iannizzotto@iscte-iul.pt

2

Na cidade contemporânea, existem espaços abertos abandonados, sem função produtiva ou uso específico, que aguardam planos futuros, denominados vazios urbanos, terrenos vacantes ou baldios. Estes espaços, embora muitas vezes encarados como um problema ou como uma tabula rasa, reservam potencial social, ecológico e cultural para a cidade do futuro; de facto, são locais de apropriações informais, e até de espécies vegetais espontâneas. Além disso, devido às suas características, estes espaços oferecem oportunidades para projetos criativos temporários e efémeros, performances e instalações site-specific, experiências no campo da arte, arquitetura e design urbano, urbanismo tático e práticas espaciais críticas. Além disso, quando essas práticas temporárias e efémeras são integradas em estratégias e planos urbanísticos de grande escala e a longo prazo, tais projetos questionam e superam as contradições associadas às categorias tradicionais de efémero e permanente, de função fixa e flexibilidade, demonstrando o potencial para a criação de um novo tipo de equipamento público para a cidade do futuro, que combina práticas temporárias e estratégias a longo prazo, estruturas fixas e flexíveis para diferentes funções e atividades, posicionando-se como uma solução alternativa a processos de gentrificação.

Este artigo pretende investigar as possibilidades, oportunidades e o potencial dos vazios urbanos como espaços para práticas criativas espaciais e críticas, propondo-se como um equipamento cultural urbano alternativo para a cidade do futuro, com os seus potenciais benefícios a partir de um caso de estudo. O artigo inclui, além de uma introdução teórica aos conceitos abordados, a descrição e análise de um estudo desse caso de estudo, o espetáculo Zénite (2024), encenado em Lisboa, no vale do Trancão, e uma leitura deste caso à luz das lentes teóricas apresentadas. Como discussão e conclusão, o artigo propõe refletir sobre o potencial destes espaços como equipamento cultural alternativo para práticas criativas temporárias, mas integradas em estratégias urbanas a longo prazo, flexíveis para vários usos e posicionados como solução contra a gentrificação dos espaços artísticos e culturais.

Palavras-chave

VAZIOS URBANOS / INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA / PLANEAMENTO URBANO
/ ESTRATÉGIA CULTURAL / EQUIPAMENTO CULTURAL

#2

MODELOS DE HABITAÇÃO

Considera-se que a abordagem ao projeto da habitação deve ser holística, interligando desafios sociais como o envelhecimento da população, as alterações climáticas, a eficiência energética, os processos participativos, a adaptação a padrões de vida em mudança, o conforto e o bem estar, entre outros, colocando a Arquitetura e a investigação através do projeto numa posição central de debate. Nesse sentido, a discussão contemporânea do “problema da habitação”, além de política, é também eminentemente arquitetónica e, por conseguinte, deverá incorporar a vertente da atualização de tipos e modelos de habitação (numa lógica oposta à ideia de projeto-tipo), ultrapassando propostas cristalizadas. Os modelos (ainda) vigentes conformam, entre outros aspetos, soluções pouco resistentes a alterações dos modos de vida que possam refletir, por exemplo, situações de convívio intergeracional, atividades como o trabalho a partir de casa, ou questões gerais como a adaptação ao envelhecimento dos habitantes ou a adequação a critérios de eficiência energética. Contemporaneamente, urge instigar e desbloquear processos que promovam inovação e renovação das tipologias de habitação.

Q3

COMO DESBLOQUEAR
INOVAÇÃO NAS
TIPOLOGIAS DE
HABITAÇÃO?



BACK TO BASICS: REPENSAR O TIPO E OS ELEMENTOS DA ARQUITETURA

TIAGO LOPES DIAS

CEAU-FAUP.
tiagolopesdias@gmail.com

A contribuição para a pergunta em epígrafe parte da vontade de relacionar o pensamento arquitetónico com realizações atuais. A seleção das obras é condicionada por circunstâncias do momento presente em que escrevemos; as questões de fundo que a enquadra, pelo contrário, pretendem aludir a um tempo longo, de permanências, mais do que de mudanças. Incide-se na tipologia como uma possibilidade de recuperar esse tempo longo, mas, simultaneamente, sublinha-se a capacidade de transformação que é própria da noção de tipo. Assim, na primeira parte, reúnem-se propostas de habitação plurifamiliar que partem de um trabalho de reinvenção de um tipo não residencial (ou não coletivo). Os quatro casos, divididos em duas secções encabeçadas por duas noções críticas, serão exemplares na medida em que sirvam para reconhecer caminhos abertos, a debater e a aprofundar. Na segunda parte, é através dos elementos de composição da arquitetura que se evoca a ideia de um tempo longo. O umbral e o jardim são dois elementos cuja origem coincide com as da própria arquitetura, e que têm sido recuperados no âmbito da habitação económica, pese embora as restrições de área e de orçamento que pesam sobre esta. Alguns elementos da casa, como a cozinha, sofreram uma alteração profunda que coincidiu com a definição cada vez mais precisa das atividades que aí decorrem; outros, como o umbral e o jardim, ao não poderem ser definidos sob parâmetros funcionais, mantiveram a sua essência. O seu potencial reside em “não terem uso”. A reflexão que queremos partilhar é se inovar não será, afinal, sinónimo de trabalhar com o existente, de repensar os tipos e os elementos que configuram os espaços do habitar, e de, finalmente, saber inscrever-nos num tempo longo.

Palavras-chave

PERMANÊNCIA / TIPOLOGIA / ELEMENTOS / UMBRAL / JARDIM

CASA COMUM. A HABITAÇÃO INTERGERACIONAL ENQUANTO MODELO DE BOAS PRÁTICAS

INÊS SALEMA GUILHERME

FAUP, *alumna*

ines.cls.guilherme@gmail.com

No contexto atual de mudanças demográficas e transformações urbanas, propomos a intergeracionalidade enquanto modelo arquitetônico que coloca a habitação no centro do debate sobre as cidades vivas e resilientes. Pode o diálogo entre gerações ser uma ferramenta de proposição e imaginação para as casas do futuro? Este ensaio está fundamentado numa investigação anterior, cujo percurso metodológico qualitativo estruturou um inventário das boas práticas da arquitetura intergeracional, através da revisão bibliográfica e interpretação de 155 casos de estudo recolhidos. Este recurso tem um valor operacional crucial na análise do presente artigo, pois suporta e evidencia a pluralidade de experiências e narrativas que, na introdução de novas formas de partilha e encontro, transformam as perceções convencionais do habitar. Como pode o contexto cultural e familiar incentivar e implementar projetos mais inclusivos, acessíveis e adequados a todos? Quem são os agentes envolvidos no processo de conceção e quais as estratégias utilizadas na construção dos projetos identificados? Quais são os princípios de desenho que enquadram as dinâmicas entre gerações? Na oportunidade de refletir e reformular as questões de forma crítica, identificamos as categorias de análise - Contexto, Processo e Desenho - que fundamentam a narrativa da presente investigação. Ao propormos uma análise holística e crítica dos dados recolhidos, um modelo inovador é definido como resposta aos desafios de várias disciplinas, culturas, políticas e economias. Nesta análise, compreendemos que a solução arquitetónica intergeracional, por se adaptar à especificidade da sua circunstância e comunidade, instiga um processo de colaboração, participação e inclusão que é intrínseco à vida das pessoas e do lugar. Desta maneira, no compromisso entre diferentes gerações, reconhecemos premissas universais intrínsecas ao valor da vida e da família, na habitação e na cidade, que deveriam integrar a práxis de qualquer boa arquitetura.

Palavras-chave

HABITAÇÃO INTERGERACIONAL / CONTEXTO / PROCESSO
/ DESENHO / INVENTÁRIO

MIGUEL MALHEIRO

CITAD¹, Universidade Lusíada Porto².
miguelmalheiro@por.ulusiada.pt

ALEXANDRA SARAIVA

DINAMIA'CET³,
Universidade Lusíada Porto^{2,3}
alexandra.saraiva@iscte-iul.pt ²
achaves@por.ulusiada.pt

O artigo aborda a importância da flexibilidade e adaptabilidade, na reconversão de património industrial para habitação multifamiliar. O local de intervenção é a Fábrica de Conservas Vasco da Gama, de 1920, classificado como património industrial do município de Matosinhos. A problemática central é a carência de habitação e de que modo a reestruturação económica e social impulsiona a necessidade de transformar antigas estruturas industriais abandonadas em soluções habitacionais. O artigo debate como o património industrial, com o seu valor histórico, cultural e social, pode ser adaptado para novos usos, como a habitação, preservando a sua memória e identidade. As características arquitetónicas destes edifícios apresentam desafios e oportunidades na sua reconversão para o uso residencial. A flexibilidade e a adaptabilidade são conceitos fundamentais para a criação de tipologias habitacionais que respondam às mudanças demográficas e sociais, permitindo que os espaços evoluam conforme as necessidades dos utilizadores. A metodologia utilizada é qualitativa, focando-se na integração de elementos históricos, na inovação e na reconfiguração dos espaços, em conformidade com as diretrizes da Carta de Burra (1999) e da Carta de TICCIH (2003). O artigo conclui que a adaptação de património industrial para habitação não só mitiga a crise habitacional, mas também contribui para a revitalização urbana, criando um paradigma habitacional que harmoniza a preservação da memória histórica com a inovação arquitetónica.

1,2. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto <UIDB/04026/2020> com o identificador DOI <10.54499/UIDB/04026/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04026/2020)>.

3. Este trabalho é parte do DOI: 10.54499/2021.02417. CEECIND/CP1694/CT0013

Palavras-chave

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL / RECONVERSÃO / ADAPTABILIDADE
/ MEMÓRIA / HABITAÇÃO

PROJETO BRANDA CIENTÍFICA: DA REATIVAÇÃO DE UM SISTEMA DE HABITAÇÃO ESTACIONAL

ANA LUÍSA SALGADO

Doutoranda FAUP/Biopolis.
aluisacsalgado@htomail.com

NUNO VALENTIM

Professor Associado FAUP
/ Membro CEAU/Biopolis.
nunovalentim@arg.up.pt

A inovação nas formas de habitar não poderá excluir os territórios de interioridade nem as construções existentes abandonadas e/ou descaracterizadas. Atualmente, o problema da fixação de população nos territórios de baixa densidade contribui para o desequilíbrio demográfico face ao peso do litoral. Apesar do interior de Portugal enfrentar desafios de curto e de longo-prazo na oferta habitacional, o debate tem ocorrido maioritariamente sobre os grandes aglomerados urbanos (Wetzstein, 2017; Gallent, 2019). A presente reflexão procura cruzar a temática das *microubanidades* rurais com o problema mais vasto de acesso à habitação, a partir da reformulação da questão proposta: “Como despoletar inovação nas tipologias de habitação vernáculas de montanha?”. Propomos uma resposta a partir do projeto da “Branda Científica de São Bento do Cando”, uma solução de transformação e reativação destas comunidades desertificadas. A Branda de São Bento do Cando, localizada no Parque Nacional da Peneda Gerês, é testemunho da vulnerabilidade que o abandono da agrossilvopastorícia provocou no sistema económico da região, traduzindo-se em abandono territorial, desertificação e descaracterização desta paisagem patrimonial. A partir da reconversão programática e reabilitação de edifícios-chave que compõem o aglomerado rural, visa-se reintroduzir uma nova ciclicidade estacional, transformando um conjunto de construções abandonadas em “Branda Científica”. O reuso para investigação científica permitirá a requalificação do edificado existente para acolher novos residentes sazonais, essenciais para reativar o sistema natural, humano e construído do lugar. Propõem-se novas tipologias para os edifícios articulados com a ciclicidade dos novos programas, introduzindo, concomitantemente, um novo sistema socioeconómico baseado na produção de conhecimento científico, tornando este destino mais atrativo com capacidade de fixar novas populações.

Palavras-chave

HABITAÇÃO / DESERTIFICAÇÃO / PATRIMÓNIO / CICLICIDADE / REUSO

THE FREEDOM OF CONSTRAINTS: INSIGHTS FROM THE INNOVATIVE HOUSING PROJECTS OF CACCIA DOMINIONI

MAHDI ALIZADEH

FAUP, CEAU
up201802608@up.pt

LUÍS VIEGAS

FAUP, CEAU
lviegas@arg.up.pt

It is a commonly accepted notion that each era brings with it a set of prerequisites that shape the way we perceive and engage with the surrounding world. In the context of architecture, and housing in particular, among the most relevant questions to ask is whether the common housing typologies we possess correspond to our current physical and mental needs, and, if not, how can one seek to rethink the questions of typology and bring about innovation in housing?

In order to respond and reflect upon the referred question, this article suggests that innovation is not about the future but is in regard to how one establishes a relation to the past. The etymological origins of innovation are linked to the idea of restoration and renewal. This is to argue that nothing is considered new unless it is juxtaposed to the past, and very often, to be innovative, it is required to experiment.

Consequently, this article delves into the architecture of the contemporary Italian architect Luigi Caccia Dominioni (1913-2016) who was among the most notable Milanese architects in the twentieth century, who has numerous housing projects, especially in the context of Milan. Innovation in the architecture of Caccia Dominioni is defined by two principal characteristics, the first being the relation of his architecture to the past (to the history) and, second, the experimental quality of his projects.

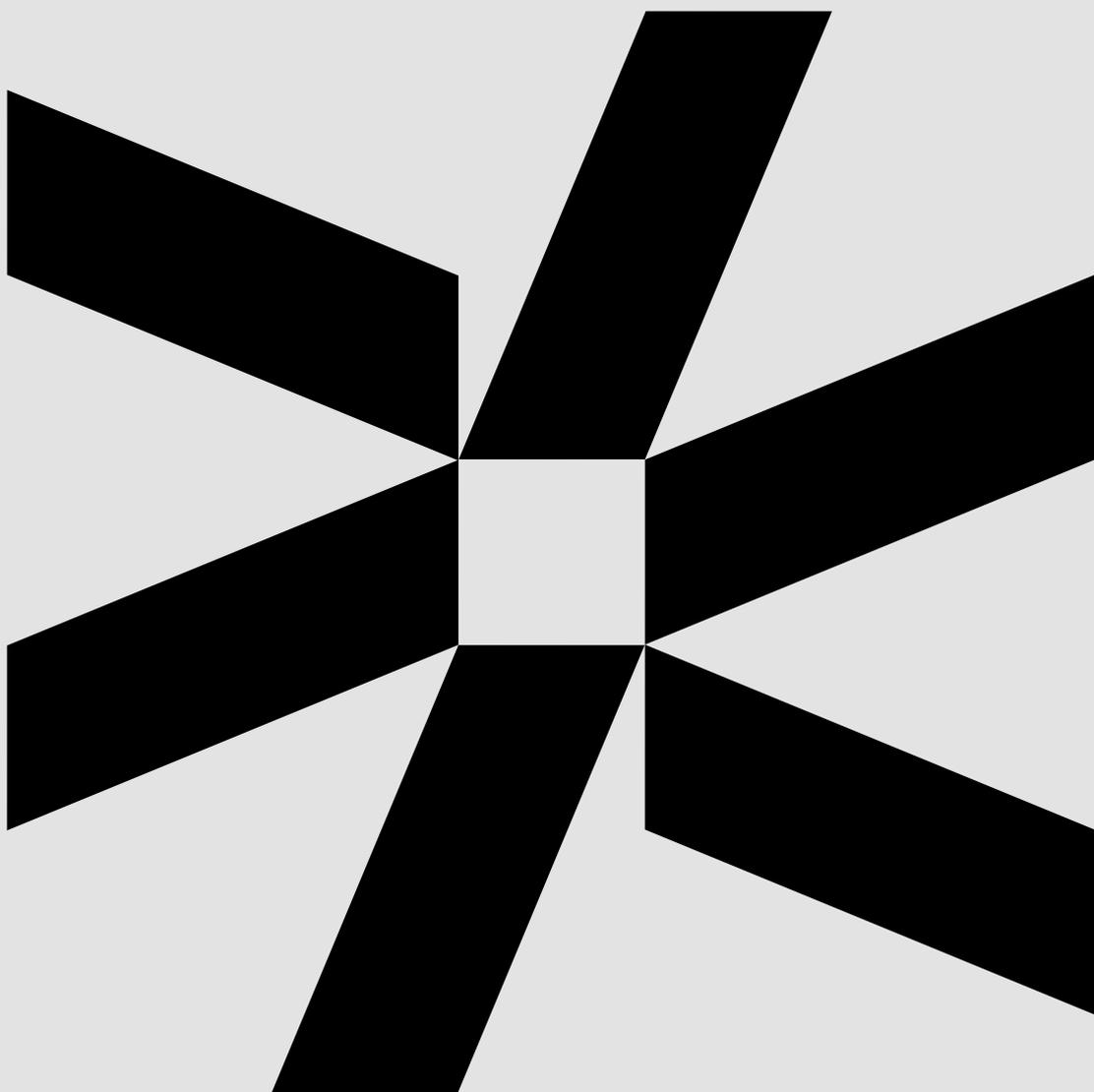
The methodology used in this paper is based on the analysis of two case studies (Complesso in Corso Italia and Condominio in Piazza Carbonari), by observation, photographic documentation, analysis of the architectural documents as well as referring to historical and contextual studies that are relevant to the projects. This paper aims to contribute to a deeper understanding of the challenges associated with innovation in housing by examining questions and challenges that are frequently observed across various geographical contexts in Europe, and to pursue insights that may be applied to our current geography and era in the Portuguese context.

Keywords

INNOVATION / EXPERIMENTATION / HOUSING / FREEDOM

Q4

COMO RENOVAR MODELOS
DE HABITAÇÃO
EM CONTEXTOS
REGULAMENTARES
RESTRITIVOS?



HABITAR O TERROIR PICO: A PROBLEMÁTICA DE RENOVAÇÃO DOS MODELOS DE HABITAÇÃO EM PAISAGENS CULTURAIS

ANA LAURA VASCONCELOS

Faculdade de Arquitetura
da Universidade do Porto
ana.lr.vasconcelos@gmail.com

A *Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico* é uma das mais originais e expressivas dos Açores, resultado da força da geografia, de milénios de atividade vulcânica e da ação contínua do homem, que molda o espaço na convergência de um território de produção improvável, a vitivinicultura. A circunstância que relaciona os atributos sensoriais do vinho com as condições *sui generis* do lugar - terroir - pressupõe que não só o vinho e a ilha são únicos, como singular é a arquitetura que configura os aglomerados rurais, maioritariamente caracterizada por formas elementares e espontâneas, pictóricas e poéticas, que sobressaem e incorporam a paisagem, que fundem e transcendem o tempo. Este vínculo que une função e arte, natureza e cultura, doméstico e produtivo incita uma relação afetiva entre o homem e a terra, as formas e os desígnios. Paralelamente, concretiza o elogio a um 'habitar' distinto, que excede o âmbito da arquitetura e engloba o *modus vivendi*.

Habitar e terroir são conceitos dinâmicos e evolutivos. O argumento central procura compreender como o 'habitar poético' de Martin Heidegger e Josep Muntanya, associado à '(des)construção da forma' de Joaquim Español e Carlos Martí Arís, admitem operar a arquitetura do vinho, transformando-a a partir das alterações do quotidiano. Sobretudo os modelos de habitação locais, atualmente assentes na seguinte dicotomia: ora subsistentes ao decurso do tempo, perpetuados e cristalizados face aos condicionalismos do galardão UNESCO, ora atualizados, mas descontinuados dos modelos característicos, que associam a habitação, o cultivo e a produção.

Não obstante as potencialidades que o património encerra, revela-se imperativo construir um discurso que compreenda os modelos de habitação de forma sincrónica e diacrónica, permeáveis a alterações físicas e culturais, globais e locais. Simultaneamente, promover a habitação 'de dentro para fora' e (re)interpretar os modelos da esfera do habitar, atualizando-os às dinâmicas atuais. Um paradigma que permitirá transformá-los e renová-los, no sentido de os constituir matéria de ação e não de estagnação.

Palavras-chave

ILHA DO PICO / TERROIR / PAISAGEM CULTURAL / HABITAR
/ MODELOS DE HABITAÇÃO

121 A 123 DA RUA DA BAINHARIA

OLGA RITA
ÁLVAREZ GUILLÉN

Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto.
olgarita.ag@gmail.com

TERESA FONSECA

CEAU/FAUP Faculdade
de Arquitectura
da Universidade do Porto.
trefonseca@gmail.com

04

O edifício 121 a 123 da Rua da Bainharia, objeto de estudo na Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura na FAUP, propõe uma alternativa à fusão de parcelas usada em projetos anteriores do “Programa de Realojamento Definitivo”, para o Morro da Sé, no Centro Histórico do Porto. O projeto que foi desenvolvido foca-se em preservar a estrutura parcelar tradicional, fundamental para a identidade urbana, e desenvolve uma abordagem de flexibilidade habitacional. Esse conceito permite que os apartamentos se adaptem às necessidades dos inquilinos, à inclusão da diversidade e mobilidade social contemporânea, sem alterar a área definida pelos edifícios existentes, reconhecendo as limitações e particularidades das parcelas históricas. O foco não é um projeto técnico, mas a formulação de princípios para a criação de espaços habitacionais flexíveis e adaptáveis, respeitando a diversidade e irregularidade do contexto. Para isso, o trabalho procurou responder a três questões essenciais: O que é a habitação de arrendamento público em Portugal? Como tem sido concebida? E como pode ser produzida? Para tal, analisou-se a evolução histórica da habitação de aluguer promovida pelo Estado Português e a sua relação, na atualidade, com a reabilitação das áreas históricas, o conceito de flexibilidade e a diversidade de ofertas atualmente disponíveis no mercado de arrendamento privado, bem como os regulamentos e planos associados à reabilitação do Centro Histórico do Porto. Além disso, examinou-se o papel do parcelamento tradicional na preservação da identidade do lugar e como elemento gerador de práticas específicas. Por fim, foi desenvolvida uma proposta de espaços habitacionais para arrendamento na parcela 121 a 123, que serve como amostra para refletir sobre as características significativas da estrutura parcelar tradicional do Porto.

Palavras-chave

HABITAÇÃO / FLEXIBILIDADE / PARCELAMENTO
/ CENTRO HISTÓRICO / PORTO

RESIDENTIAL HOME STRUCTURES PLUS 65 YEARS OLD IN LISBON, PORTUGAL. AUTOMATION OF THE SHAPE GRAMMAR RULES

FILIPE MONTENEGRO
GUTERRES

Universidade Lusófona de Lisboa.
guterresmontenegro_f@yahoo.co.uk

There is no consensus on the definition of an old age person. The chronological divisions of human life don't always correspond to the stages of the natural ageing process. Old age is not defined only by chronology, but also by physical, functional, and mental conditions, since you can observe different biological and subjective ages in individuals with the same chronological age (Netto, 1996).

At the end of the twentieth century, Portugal witnessed a paradigm shift, and the term "assisted living" according to Wilson (2007) started to be widely used. Throughout the 21st century, the figure of the elderly is increasingly central to society.

The ontological connection of man to the act of inhabiting leads to the strengthening of deep ties with his "home". Through the involuntary transfer of an elderly person out of his or her place of residence may increase traumatic disruption in their relationship with the world, with consequences for their well-being.

It is important to promote the relationship between generations to frame an active aging, particularly in the center of the cities, without age segregation (which the geriatric facilities constitute) allowing a natural human renewal of the cities, without the expulsion of the younger generations to the suburbs, and the institutionalization of the elderly.

This article will focus on the implementation of a Sistema that allows the automation in a set of shape grammar rules on some integrative experimental models of universal design, using the notion of Social Support Theory codifying some of its notions in a set of Shape Grammar rules matching this rules with the ones extracted from the Elderly Portuguese Residential Structures Legislation, and the Portuguese Housing Law rules to generate architectural design solutions through the rules derivation aiming to produce legal assisted living dwellings in order to transform the paradigm of inclusive design and housing in Portugal, increasing a tangible and accessible housing to all citizens.

Palavras-chave

INCLUSIVE HOUSING < URBAN REHABILITATION < SHAPE GRAMMAR
< QUALITY OF LIFE < SOCIAL SUPPORT SCALE

#3

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

A discussão contemporânea da crise habitacional tem sido impulsionada em Portugal através de estratégias de carácter político, traduzidas em alterações legislativas como a promulgação da Nova Geração de Políticas Públicas de Habitação (2018), da Lei de Bases da Habitação (2019), e da recente aprovação pelo governo do pacote de medidas Mais Habitação (2023). O debate em torno das políticas de habitação espolta também uma reflexão sobre o legado do programa SAAL na luta pelo direito à cidade e à habitação, demonstrando o potencial dos processos inclusivos e participativos. A revisita ao programa SAAL surge então como mote para o desenho de estratégias futuras, questionando sobre a possível integração e adaptação dos seus princípios a estratégias contemporâneas. Ao refletir sobre as atuais políticas de habitação e sobre o SAAL lança-se assim o debate sobre alternativas inovadoras de resposta à crise da habitação em Portugal.

Q5

QUE ALTERNATIVAS ÀS
ATUAIS POLÍTICAS DE
RESPOSTA À CRISE DA
HABITAÇÃO EM PORTUGAL?



O FUTURO DO PASSADO: O POTENCIAL DA ASSESSORIA TÉCNICA, DAS RENDAS RESOLÚVEIS E DAS COOPERATIVAS NO ACESSO A HABITAÇÃO CONDIGNA

ANA SILVA FERNANDES

Centro de Estudos em Arquitectura
e Urbanismo, Faculdade de
Arquitectura da Universidade
do Porto (CEAU-FAUP)
alfernandes@arq.up.pt

Os debates recentes em torno da crise da habitação em Portugal expõem uma prolongada dificuldade num efetivo acesso à habitação, transversal a vários grupos sociais, mas sentido em particular pelos mais vulneráveis (Fernandes, 2020; Jorge & Melo, 2023), a que nem os recentes instrumentos de política de habitação, nem o financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência provavelmente conseguirão dar resposta (Mendes et al, 2021). Neste contexto, será essencial não só avaliar o impacto das ferramentas existentes, como também analisar lacunas e equacionar possíveis caminhos complementares. É nesse segundo âmbito que se situa o presente artigo, em que se pretendem visitar soluções habitacionais adotadas no passado, que foram descontinuadas ou perderam visibilidade em contexto português – em particular a assessoria técnica, as rendas resolúveis e as cooperativas de habitação –, para discutir o seu potencial para serem reinterpretadas, redesenhadas e futuramente implementadas. Essa investigação partirá de uma reflexão crítica sobre essas experiências, a partir tanto de apontamentos sobre o seu desenho e implementação à época (Queirós & Pereira, 2013; Ramos et al, 2019), como também de uma análise das suas potencialidades face às circunstâncias atuais. Nessa ótica, serão analisados aspetos como promotores e interlocutores, formas de financiamento e modelos de gestão, regimes de propriedade, processos de desenho e envolvimento de residentes, numa leitura multidimensional com vista a detetar potenciais e vantagens de futuras adaptações e implementações. Com essa análise procurar-se-á argumentar que estas três abordagens habitacionais – a assessoria técnica, as rendas resolúveis e as cooperativas –, detêm particulares qualidades, não só face às atuais e prementes necessidades estruturais de habitação que obrigam a diversificar os meios de ação, como também face a mais-valias dessas soluções para assegurarem maior bem-estar, qualidade de vida, adaptabilidade do espaço e inclusão socio-espacial.

Palavras-chave

ACESSO À HABITAÇÃO / ASSESSORIA TÉCNICA
/ RENDA RESOLÚVEL / COOPERATIVA

PORQUÊ REPETIR OS MESMOS ERROS? UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA CONSTRUIR PORTUGAL E SEU POTENCIAL IMPACTO NO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

NUNO TRAVASSO

DARQ, Universidade de Coimbra;
CEAU-FAUP.
nuno.travasso@uc.pt

A 10 de Maio de 2024 o governo português apresentou a sua Nova Estratégia para a Habitação, sob o lema *Construir Portugal*, propondo-se responder à actual crise da habitação por via do incentivo ao sector privado para aumentar a oferta. Ao fazê-lo, a nova linha de actuação pública parece indicar um retorno ao modelo de urbanização que prevaleceu no país entre 1976 e 2008 e cujos impactos no território foram amplamente criticados. Desta forma, coloca-se em causa o consenso que vigorou nas políticas públicas durante mais de uma década, centrado na promoção da reabilitação, do mercado de arrendamento e da contenção dos perímetros urbanos.

O presente artigo faz uma leitura sumária das últimas décadas de políticas de habitação em Portugal, analisando as suas medidas e objectivos expressos, e procurando evidenciar a relação entre essas políticas e os modelos de urbanização que promovem. Num primeiro período (1976-2008), a acção pública, guiada por objectivos macroeconómicos, promoveu uma expansão urbana sustentada pela construção nova e pela casa própria. Por oposição, num segundo período (2008-2023), apesar de se terem implementado duas linhas de políticas habitacionais divergentes, ambas procuraram fomentar uma viragem no modelo de urbanização, apostando na contenção dos perímetros urbanos, na reabilitação e no mercado de arrendamento. As políticas de habitação apresentadas mais recentemente, cujos impactos não são ainda claros, parecem sugerir um retorno ao anterior modelo de expansão. Este artigo pretende chamar a atenção para esta aparente viragem nas opções de política pública, sublinhando a necessidade de aprender com as experiências passadas no que toca ao impacto das políticas de habitação no ordenamento do território.

Palavras-chave

CONSTRUIR PORTUGAL / POLÍTICAS DE HABITAÇÃO
/ ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / MODELO DE URBANIZAÇÃO
/ INCENTIVOS À PROMOÇÃO PRIVADA

“CAMINHO PARA O LAR” . A POLÍTICA E A PROPAGANDA DA “CASA PRÓPRIA” COMO HERANÇA A QUESTIONAR

SÉRGIO DIAS DA SILVA

CEAU.

sasilva@arg.up.pt

Lançar a discussão da “casa própria” como aspiração, objetivo e solução para a questão habitacional, identificando e questionando as origens dos modelos de incentivo à aquisição, é um passo essencial para a reformulação dos modelos de acesso à habitação e, conseqüentemente, do projeto habitacional, particularmente num contexto de oferta pública ainda invariavelmente focada num público-alvo limitado. Nos 50 anos do 25 de Abril contam-se, também, 50 anos do final de facto do Programa das Casas Económicas, iniciativa habitacional que acompanhou todo o Estado Novo, logo a partir de 1933. Mais do que por opções de projeto, o Programa foi marcado por um objetivo específico: a garantia da casa própria como fator de estabilização social e económica. Esse objetivo, transmitido em publicações de propaganda oficial, como no livro e documentário “Caminho para o Lar” - lançados pela Junta da Acção Social no início da década de 1960 -, teve continuidade noutras políticas de pré e pós-Revolução. O regime autoritário português anunciava-se orgulhosamente só, mas estava a par da evolução dos principais debates no campo do projeto urbano e arquitetónico e no campo da economia da habitação, o que explica a proximidade destes objetivos a outros contextos, nomeadamente aos regimes italiano e espanhol. A transição democrática não pôs em causa a participação estatal no financiamento da propriedade privada, com conseqüências profundas no desenvolvimento do mercado habitacional; mesmo o Programa do XXIV Governo Constitucional, viabilizado a 12 de abril de 2024, recuperou uma abordagem de isenção fiscal e apoio ao crédito na aquisição da primeira habitação. A partir do Programa das Casas Económicas, este trabalho propõe-se analisar a contribuição da propaganda e das políticas de habitação do Estado Novo na montagem de um sistema que estimulou uma perceção da casa como bem de consumo e símbolo de estatuto social.

Palavras-chave

PROPRIEDADE PRIVADA / PROMOÇÃO DE HABITAÇÃO
/ CASAS ECONÓMICAS

Q6

O QUE SE RETIRA
DO PROGRAMA SAAL
NA REPOSIÇÃO
DO DIREITO À CIDADE
E À HABITAÇÃO?



50 ANOS DEPOIS: A EVOLUÇÃO DOS BAIRROS SAAL EM LISBOA E NO PORTO

ANA CATARINA COSTA

CEAU-FAUP (UPorto)
e CEG-IGOT (ULisboa).
anacatarinadcosta@gmail.com

RICARDO SANTOS

CEAU-FAUP (UPorto).
ricardofernandessantos@gmail.com

O Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL foi um programa habitacional implementado durante o processo revolucionário português (1974-76) que representou uma forma alternativa de defesa do direito à habitação para as classes mais pobres e uma vontade de transformação da sociedade. Das cerca de 170 operações que se iniciaram por todo o país nos dois curtos anos do seu funcionamento, entre agosto de 1974 e outubro de 1976, 76 bairros conseguiram ver a luz do dia, alcançando-se a construção de aproximadamente 6.000 fogos, em grande parte concluídos após o término do SAAL.

Agora que se cumprem 50 anos de vida em democracia, importa perceber quais foram os resultados que o programa habitacional mais revolucionário em contexto nacional produziu nas comunidades por ele abrangidas através da observação de casos de estudo concretos.

A partir de investigações recentes e do contacto directo com os protagonistas (técnicos e moradores) dos bairros SAAL construídos nas cidades de Lisboa e do Porto, apresenta-se uma leitura da sua situação actual, das conquistas e qualidades, mas também dos problemas e desafios que estes enfrentam no presente. Discute-se a importância da construção de um processo de organização em torno de uma ideia de gestão colectiva e os desafios lançados, ao longo do tempo, no seio da maioria dessas comunidades, pelo regime de propriedade privada e individual.

Propõe-se, assim, uma reflexão sobre a implementação do processo SAAL e sobre a evolução e transformação dos bairros e das suas comunidades, de modo a repensar a sua metodologia proposta e o vínculo estabelecido entre colectivo e individual, na expectativa de que se possam lançar hipóteses para atender ao problema habitacional que, embora de carácter bastante distinto, persiste hoje em Portugal.

Palavras-chave

SAAL < CIDADE < HABITAÇÃO < PROCESSO < TRANSFORMAÇÃO

A HERANÇA METODOLÓGICA DO SAAL: O CASO DA ILHA DA BELA VISTA

FRANCISCA MACHADO

Escola de Arquitetura, Artes e
Design da Universidade do Minho.
franciscajmachado@hotmail.com

EDUARDO FERNANDES

Escola de Arquitetura, Artes e
Design da Universidade do Minho.
eduardo@eaad.uminho.pt

As aprendizagens retiradas do SAAL são a base de diversos debates contemporâneos sobre o direito à cidade e à habitação (Lefebvre, 1968: 67). Estas advêm de diferentes processos participativos, tal como os dois processos que tiveram lugar na Ilha da Bela Vista, na cidade do Porto: o primeiro, integrado no programa SAAL, em 1974, cujo projeto não foi construído; o segundo, que ocorreu entre 2013 e 2015, baseado no processo anterior, foi a base da reabilitação mais recente (Rodrigues, 2015: 96).

O fracasso do projeto SAAL para a Bela Vista causou uma grande descrença nos habitantes em relação à possibilidade da reabilitação da Ilha, provocando ceticismo face à segunda proposta; estes sentimentos foram ainda exacerbados pelas quatro décadas que separaram estes projetos (Portas, 2004: 263).

Através de pesquisa teórica, de investigação de campo e de entrevistas, tentou-se compreender as semelhanças e as diferenças entre os dois processos participativos, as propostas arquitetónicas de ambas as épocas e as necessidades dos habitantes no passado e presente. Compreende-se que houve uma diferença entre os dois projetos que, estando separados pelo tempo, também estavam afastados pela sua realidade social: o SAAL ocorreu na sequência de um processo de revolução e a segunda proposta partiu de um enquadramento social diferente, numa época em que os padrões habitacionais eram mais exigentes comparativamente ao passado. Contudo, o direito à habitação foi a base dos dois processos; pode mesmo afirmar-se que a autoria do projeto se dividiu entre o arquiteto e os moradores (Santos, 2015: 7), que participaram nos dois momentos enquanto agentes ativos.

Palavras-chave

ESTIGMA / HABITAÇÃO / REABILITAÇÃO / IDENTIDADE / PRECARIIDADE

PREFABRICAÇÃO: UMA SOLUÇÃO FÁCIL PARA UM PROBLEMA COMPLEXO

DIEGO INGLEZ DE SOUZA

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo,
Universidade do Porto. dsouza@arg.up.pt

No atual contexto de crise da habitação, marcada pelo aumento dos preços de venda e arrendamento das unidades habitacionais em Portugal, a prefabricação pode ser considerada como uma possível estratégia para aumentar a oferta de casas e reequilibrar a relação com a demanda, dentro de um entendimento económico da questão. A crónica escassez de mão-de-obra nos estaleiros também pode sugerir que esta solução fácil seja considerada como uma resposta adequada à dimensão destes problemas. Este artigo pretende discutir o papel e os limites da prefabricação, a partir de episódios da história recente das políticas de habitação social em Portugal.

Nos primórdios do Estado Novo (1933-1974), os bairros de Casas Desmontáveis construídos em Lisboa procuraram oferecer uma solução pragmática a partir da conjugação de estruturas leves de madeira e chapas de fibrocimento para realojar as populações deslocadas em Lisboa pelas obras relacionadas à celebração dos centenários de 1940 (Pereira *et alli* in Agarez (coord.), 2018:82-117). Poucos anos depois destes bairros terem sido habitados, o programa, que respondia as premissas ideológicas do regime e demonstrava as possibilidades da indústria do amianto, então em implantação no país, foi descontinuado. Estas casas nunca foram desmontadas, mas demolidas, já em tempos democráticos (Antunes *et alli*, 2016:65-66). Nos anos 1960, no contexto dos Planos de Fomento, a prefabricação voltou a ser colocada em prática, desta vez a partir da importação de patentes francesas de painéis em betão executados por empresas portuguesas, mais uma vez em caráter experimental, sendo utilizados na construção de alguns grandes conjuntos implantados nos arredores da capital (Pinto, 2022).

Após o 25 de Abril de 1974, as ofertas de casas prefabricadas por países do Norte da Europa serviram para aliviar a crise de habitação agravada pela chegada ao continente de centenas de milhares de “retornados” vindos das antigas colónias, precariamente instalados em bairros construídos principalmente no interior do país. Estas iniciativas, seja através da transferência de tecnologia ou do financiamento, sucedidas pela institucionalização de programas de construções prefabricadas no âmbito da Comissão para o Alojamento dos Refugiados (CAR), também serviram para alavancar a indústria nacional do setor e fizeram proliferar as unidades do tipo, construídas sobretudo em madeira, mas também em aço e betão (Bandeirinha *et alli* in Agarez, 2018:267-272).

Casas prefabricadas, estrangeiras ou nacionais, multiplicaram-se então aos milhares. Trata-se de um fenômeno pouco frequente na historiografia, ao contrário do SAAL, cujas realizações concentraram-se sobretudo no litoral e foram amplamente estudadas. Esta dicotomia permite ver que a questão da habitação não é exclusivamente de ordem técnica, uma vez que a posse da terra e a organização do território condicionaram a implantação das soluções apoiadas na prefabricação, que dependem fundamentalmente da disponibilidade de terrenos e infraestruturas. Se no caso das soluções prefabricadas os moradores foram objeto de uma política pragmática para o enfrentamento de uma urgência, no caso do SAAL eles foram agentes de um processo, envolvidos em uma luta por mais do que casas mas sobretudo por direito à cidade.

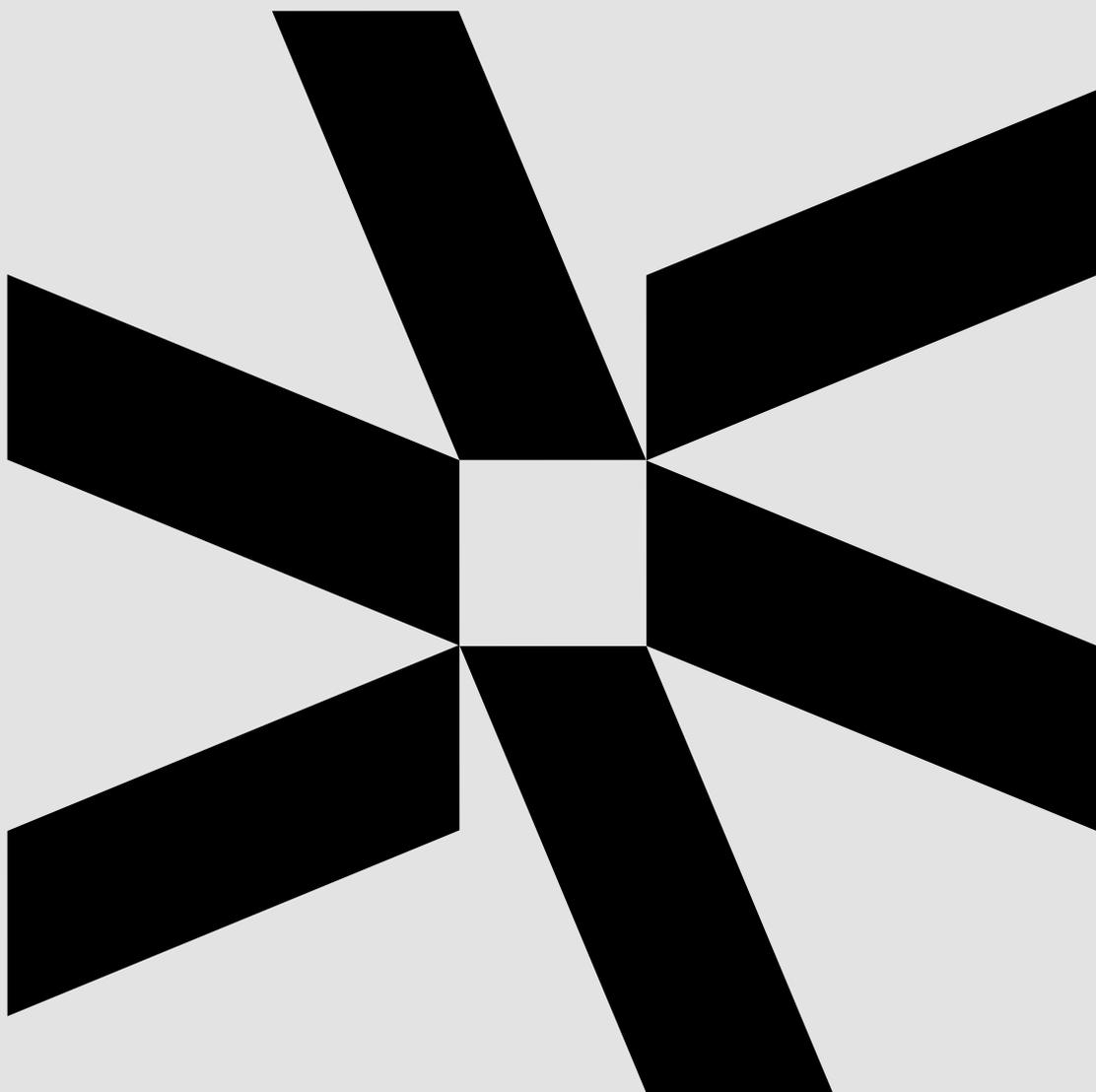
Palavras-chave

PREFABRICAÇÃO / HABITAÇÃO SOCIAL / POLÍTICAS PÚBLICAS
/ CRISE DA HABITAÇÃO / DIREITO À CIDAD

A reabilitação é um meio reconhecido e eficaz para a redução do consumo global de energia. Este entendimento desencadeou a promoção de medidas como a “renovation wave” com o objetivo de melhorar a eficiência energética dos edifícios e os padrões de vida dos Europeus, reduzindo as emissões de carbono e combatendo os elevados índices de pobreza energética. Estas ações de reabilitação devem, no entanto, acautelar a preservação do património habitacional. O desafio de equilibrar as metas Net-zero levanta o debate sobre a definição de medidas de reabilitação energética que respeitem a integridade e a identidade histórica dos edifícios. Neste âmbito, abordagens inovadoras são essenciais para alcançar habitações energeticamente sustentáveis, o que inclui o uso de energias renováveis, materiais eco-friendly e a criação de comunidades autossuficientes. O debate sobre as práticas de intervenção correntes, na dupla vertente de preservação do património e de promoção de sustentabilidade na habitação, é essencial para a inovação no sector da construção.

Q7

COMO EQUILIBRAR
AS METAS NET-ZERO
COM A PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÓNIO
HABITACIONAL?



CONTRIBUTOS PARA UM ATLAS DE REUSO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

TERESA CUNHA FERREIRA

Centro de Estudos
de Arquitetura e Urbanismo.
tferreira@arq.up.pt

PEDRO MURILO DE FREITAS

Centro de Estudos
de Arquitetura e Urbanismo.
pfreitas@arq.up.pt

No contexto atual, fortemente marcado pelas agendas da descarbonização e do desenvolvimento sustentável, têm vindo a intensificar-se as estratégias de reabilitação e reuso do património construído direcionadas para uma melhor gestão de recursos e para o cumprimento das metas Net-Zero. No entanto, o conhecimento neste campo encontra-se disperso e as iniciativas pontuais ainda não constituem um corpus metodológico ou um repositório de boas práticas de intervenção no construído. Neste cenário, este projeto de investigação visa documentar, analisar e desenvolver em uma plataforma colaborativa de observatório sobre as estratégias de reuso (entendido enquanto conceito abrangente), a partir de um quadro cronológico de referência de 1950 a 2020. Com este propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos: i. *Compilar* inventário geo-referenciado; ii. *Analisar* casos selecionados através da documentação do processo de transformação da construção (antes, durante, depois); iii. *Divulgar* as obras inventariadas e documentadas através de várias ações de disseminação. A metodologia de investigação será sustentada por: i. pesquisa de arquivo e revisão da literatura; ii. inquéritos, entrevistas e workshops; iii. trabalho de campo e de observação; iv. desenho e ferramentas digitais (SIG, Modelação 3D e BIM); v. medições de “grey energy” (construção/demolição; transporte, energia). O projeto encontra-se na fase inicial de desenvolvimento, procurando-se desenvolver a 1) ‘Recolha de dados’ em arquivos bibliografia e web; 2) ‘Plataforma colaborativa’ web para gestão integrada da base de dados, disseminação e participação interativa de estudantes e cidadãos. Esta plataforma exibirá um 3) ‘Inventário’ georreferenciado de boas praticas de reuso e a 4) ‘Documentação’ pormenorizada de casos de estudo; a fim de fomentar discussões e ampliar a 5) ‘Disseminação’ e transferência de conhecimento.

Palavras-chave

REUSO / REABILITAÇÃO / SUSTENTABILIDADE
/ ATLAS / DOCUMENTAÇÃO / PROJETO

PROGRAMA HABITACIONAL DA COMISSÃO PARA O ALOJAMENTO DE REFUGIADAS (CAR)

DA NECESSIDADE DE LINHAS ORIENTADORAS
PARA UMA INTERVENÇÃO

PEDRO SÁ

Faculdade de Arquitectura da
Universidade do Porto (FAUP)
pedro.fsa@live.com.pt //
up202103998@edu.arg.up.pt

Após o 25 de abril de 1974, Portugal enfrentou um movimento migratório significativo, com o regresso de mais de meio milhão de portugueses das ex-colónias entre 1974 e 1979. Estes migrantes, muitos sem recursos e em situação de vulnerabilidade, foram alojados inicialmente em unidades hoteleiras pelo Estado, mas a extensão do problema levou à criação da Comissão para o Alojamento de Refugiados (CAR) em 1976. O objetivo da CAR era construir rapidamente 6.950 habitações de prefabricação ligeira para os “retornados”, número que posteriormente aumentou para 11.700, abrangendo também cidadãos já residentes.

Para contextualizar as realizações da CAR, a metodologia adotada para o estudo baseou-se na análise de documentos oficiais, arquivos históricos e no levantamento das localizações das habitações construídas pela CAR, com foco particular no caso de Marco de Canaveses onde se obteve acesso ao interior de uma casa construída no âmbito deste programa. A investigação que origina este artigo conta ainda com a contribuição e informações, fornecidas em conversa, de investigadores que já abordaram o tema, como o Arquitecto Vítor Reis (presidente do IHRU 2012-2017) e o Arquitecto Tiago Castela.

Este estudo revelou que muitas destas habitações, concebidas como soluções temporárias, tornaram-se moradas permanentes e apresentam atualmente problemas significativos de segurança, acessibilidade e conforto ambiental. Através da localização de uma quantidade significativa de aglomerados deste tipo de habitação (cerca de 2000 documentados pelo autor) e fotos exteriores, concluiu-se que, em várias localidades, as habitações continuam ocupadas por pessoas com idade avançada e recursos económicos limitados.

Dado que se estima existirem ainda cerca de 3.000 fogos em condições semelhantes, o trabalho propõe a criação de um guia de intervenção para reabilitar estas estruturas habitacionais, mantendo as estruturas existentes e adaptando-as, dentro do possível, aos padrões contemporâneos de conforto térmico e acessibilidade, corrigindo patologias dos materiais e técnicas de construção utilizados.

A preservação destas habitações com correções que visam a melhoria do conforto térmico são essenciais para atingir metas de eficiência energética e contribuir para os objetivos de Net-Zero.

Nesse sentido, este artigo espera fornecer uma base para futuras discussões sobre a promoção da reabilitação sustentável e a justiça social nas políticas habitacionais em Portugal.

Palavras-chave

PROGRAMA CAR / HABITAÇÃO / PREFABRICADO LIGEIRO
/ REABILITAÇÃO / REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL



Q8

QUE ABORDAGENS
INOVADORAS DA
REABILITAÇÃO URBANA
PROMOVEM A HABITAÇÃO
SUSTENTÁVEL?



CIDADES SAUDÁVEIS E QUALIDADE VISUAL URBANA – ANÁLISE PRÉVIA À REABILITAÇÃO URBANA

CATARINA FREITAS

Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto.
catarina.freitas358@gmail.com



QUE ABORDAGENS INOVADORAS DA REABILITAÇÃO URBANA PROMOVEM A HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL?

Neste artigo, aborda-se a construção de cidades saudáveis que impõem o conceito de sustentabilidade nas suas três vertentes: ambiental, económica e social. Focando o impacto que a visualização do espaço urbano tem no bem-estar e na saúde dos habitantes, desenvolveu-se um novo método de análise da qualidade visual do espaço, que possibilita uma avaliação prévia à intervenção arquitetónica ou urbanística em qualquer território. Este método de análise permite a identificação de elementos urbanos, cuja visualização possa contribuir para agravar ou melhorar a saúde e, por conseguinte, impactar a qualidade de vida das pessoas, orientando objetivamente os arquitetos e urbanistas durante o projeto. Este método de análise está estruturado em duas fases – análise quantitativa e análise qualitativa – e foi testado através da análise-protótipo da zona de São Roque da Lameira. Sendo que os resultados partem de uma escala de 1 a 5, em que o 1 corresponde a uma fraca qualidade visual e o 5 a uma ótima qualidade visual, concluiu-se que a zona tem uma classificação média de 3 relativamente à esteticidade, de 3 relativamente ao encorajamento da atividade física, de 2.7 relativamente à naturalidade e de 3.3 relativamente à extensão e intensidade. O artigo conclui que os resultados obtidos são provisórios e que um estudo interdisciplinar contínuo é necessário para entender as complexas relações entre a paisagem visual e a saúde.

Palavras-chave

SUSTENTABILIDADE / CIDADES SAUDÁVEIS / QUALIDADE VISUAL
/ MÉTODO DE ANÁLISE / SÃO ROQUE DA LAMEIRA

A ENVOLVENTE HABITÁVEL: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS

CLÁUDIO MEIREIS

Escola de Arquitetura, Arte e Design
da Universidade do Minho (EAAD).
claudio13dias@gmail.com

O setor de edifícios e construção é responsável por cerca de 37% das emissões de CO₂ e mais de 34% da demanda global por energia, o que sublinha a urgência de implementar estratégias que visem a sustentabilidade no ambiente construído. Este estudo apresenta a Envolvente Habitável, um sistema modular pré-fabricado que combina a criação de novos espaços habitáveis com a utilização de madeira, um elemento construtivo natural e sustentável, como uma abordagem inovadora para a reabilitação de edifícios em betão armado em Portugal. Atualmente, o parque habitacional português, com cerca de 59% dos edifícios construídos entre 1961 e 2000, enfrenta desafios significativos, como a baixa eficiência energética, vulnerabilidade estrutural, deficiente conforto térmico e compartimentação tipológica rígida e pouco flexível. Neste sentido, através de uma metodologia comparativa, este estudo analisa a Envolvente Habitável como uma alternativa ao sistema ETICS, solução que, atualmente, é bastante utilizada na reabilitação de edifícios, ressaltando as suas vantagens, características e potencialidades. Além disso, esta é aplicada na reabilitação de um bairro em Viana do Castelo, com o objetivo de evidenciar o seu potencial tipológico e funcional. A proposta inclui a criação de um exoesqueleto de madeira fixo à envolvente dos edifícios existentes, com o objetivo de melhorar a eficiência energética, reforçar a segurança estrutural e criar novas áreas programáticas flexíveis no interior das habitações, para teletrabalho, espaços exteriores, jardins de inverno, entre outros. No futuro, será desenvolvido um protótipo para testar a eficiência energética, funcionalidade e conforto da solução. A reabilitação de edifícios desempenha um papel crucial na adaptação das construções às necessidades atuais e ao aumento do conforto dos residentes. Ao integrar a Envolvente Habitável, é possível contribuir para um ambiente construído mais resiliente, ecológico e sustentável, preservando o parque habitacional português e acrescentando novos espaços e usos à habitação.

Palavras-chave

REABILITAÇÃO DA ENVOLVENTE / EXOESQUELETO FUNCIONAL
/ CONSTRUÇÃO MODULAR / MADEIRA

O REUSO NA ARQUITETURA: UMA OPORTUNIDADE PARA AS CRISES DO SÉCULO XXI

ANA FILIPA
BATISTA ALVANÉO

Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto.
ana.f.alvaneao@gmail.com



As últimas décadas têm sido marcadas pelo auge da crise climática e por uma crescente crise habitacional que se verifica por toda a Europa. Na génese desta última crise parece estar não a escassez de edifícios, mas sim a especulação imobiliária, a gentrificação e a crescente percentagem de edificado devoluto que, por uma série de questões, não é reabilitado, continuando num estado de permanente degradação, uma tendência cada vez mais notória nos centros das grandes cidades. (Habitação Hoje, 2022). No sentido de procurar dar resposta a estas problemáticas, apresenta-se o conceito de *urban-mining* como uma abordagem inovadora que promove não só a habitação sustentável, mas também uma arquitetura mais consciente e responsável no que toca à utilização dos recursos. Esta estratégia ambiciona uma redução significativa do desperdício no setor da construção, através da implementação de estratégias de design circular, da utilização do material já em circulação, e da introdução de um paradigma não de des-materialização, mas antes de re-materialização (Ruby and Ruby, 2020: 5). Propõe-se, para tal, a reformulação de todas as etapas pelas quais os materiais passam, começando pela extração, passando pelo processamento, transporte, manutenção e comercialização, num processo que poderá ser equiparável a uma revolução do setor da construção (McDonough and Braungart, 2001) – mas que começa já a verificar-se em alguns países do norte da Europa. O objetivo é mostrar-se as potencialidades da reutilização e reaproveitamento dos materiais atualmente presentes nos ciclos técnicos elencando-se, para isso, casos de estudo que representem exemplos de boas práticas neste sentido, ao exporem mecanismos de reutilização ativamente implementados. Assim, através desta recolha e análise, quer-se demonstrar a viabilidade da economia circular no setor da construção e apresentar a reutilização como estratégia potencialmente mitigadora de alguns dos efeitos das crises emergentes do século XXI, passível de implementar de forma alargada no contexto arquitetónico e habitacional português.

Palavras-chave

URBAN-MINING / REUTILIZAÇÃO / ECONOMIA CIRCULAR

BEATRIZ NEVES

Universidade Lusíada Norte_Porto.
21527719@por.ulusiada.pt

CARLA ANDREIA
DE CARVALHO

Universidade Lusíada Norte_Porto.
carla.carvalho@por.ulusiada.pt

Ao longo dos anos, temos vindo a observar a aceleração do ritmo de vida cada vez mais exigente.

Entendemos que, particularmente no espaço da habitação (uso em que a organização arquitetónica necessita de grande ponderação para que os espaços correspondam às necessidades de todos, uma família reduzida ou numerosa), será possível experimentar vivências estimulantes e, em simultâneo, espaços confortáveis, não descurando o processo de perceção dos seus utilizadores.

Através desta pesquisa, pretendemos alcançar os pressupostos e as premissas de uma habitação *Slow Living*, ganhando ferramentas para utilizar futuramente.

Este estudo centrar-se-á “no psiquismo do utente do objeto arquitetónico concreto, no processo de interação, apropriação e recriação desse objeto. (...)” (Muga, 2005, p. 11) Em simultâneo com as teorias que explicam a perceção e os seus processos, pretendemos compreender o espaço percecionado e as suas características, assim como os conceitos associados à perceção e espaço – como sensação, intuição, territorialidade, privacidade, memória, visão, audição, olfato, tato, cinestesia, proporção, escala, dimensão, materialidade, iluminação, sombra, textura, cor.

Objetiva-se estudar os princípios e objetivos do *slow living*, conhecer a razão para a sua criação e entender como traduzi-los para a arquitetura da habitação. Com base numa pesquisa bibliográfica, entender-se-á as necessidades de uma Arquitetura que é ponderada com base em pressupostos da psicologia, as suas vantagens e capacidades e as suas restrições para, ao mesmo tempo, cumprir com os princípios do *slow living* e a sua possível articulação com as necessidades da reconversão.

Os objetivos desta procura, são entender a ação e influência das características formais e físicas do espaço na perceção do utilizador, perceber os processos e ferramentas, e atingir uma possível solução conjunta de uma arquitetura que transmita calma aos seus utilizadores, de modo a cumprir com os princípios do *slow living*.

Palavras-chave

HABITAÇÃO / PERCEÇÃO / CINESTESIA / MEMÓRIA / SLOW LIVING

CONVERTER EDIFÍCIOS DEVOLUTOS EM HABITAÇÃO ACESSÍVEL: REFERÊNCIAS PARA UMA RESPOSTA HABITACIONAL ADEQUADA EM ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS

JOANA MOURÃO

Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura (CiTUA).
Instituto Superior Técnico.
joana.mourao@tecnico.ulisboa.pt

Pretende-se abordar alternativas políticas de resposta à crise da habitação em Portugal que conduzam a propostas inovadoras de reabilitação urbana e habitacional. Não se dissocia a habitação da cidade, focando estratégias de reconversão de edifícios devolutos que conduzam a maior coesão socio urbana e a formas de habitação otimizadas, inovadoras e que ofereçam “mais do que casas”.

Esse objetivo é prosseguido pesquisando estratégias para a concretização da reconversão de edifícios disponíveis e os requisitos adequados para os respetivos projetos, visando maximizar os benefícios sociais e ambientais das intervenções preconizadas.

Neste artigo apresentam-se referências europeias para uma resposta alternativa às políticas de habitação clássicas em Portugal, face à sua insuficiência para o propósito da oferta de habitação acessível em bairros consolidados em cidades de elevada pressão urbanística. São indicados casos que demonstram a viabilidade desta alternativa e evidenciam caminhos com futuro a preparar e tomar em Portugal, em políticas públicas aplicáveis em edifícios devolutos do Estado com elevado potencial de reconversão.

Foca-se o impacto social positivo da criação de habitação urbana acessível, adequada e diversificada e, por outro lado, no impacto ambiental positivo da regeneração urbana e da preservação de recursos naturais e materiais. A partir da análise inicial destes casos são indicadas estratégias de atuação para o Estado, considerando modelos de cooperação entre investidores, reguladores e habitantes. A partir da análise da situação do parque devoluto nacional apontam-se direções para a mobilização dos proprietários dos devolutos e para a viabilização da sua conversão no âmbito de operações de regeneração urbana integrada, visando modelos de habitar inovadores, otimizados e adaptáveis, para um ciclo de vida longo e eficiente no uso dos recursos e com baixas emissões de carbono.

Palavras-chave

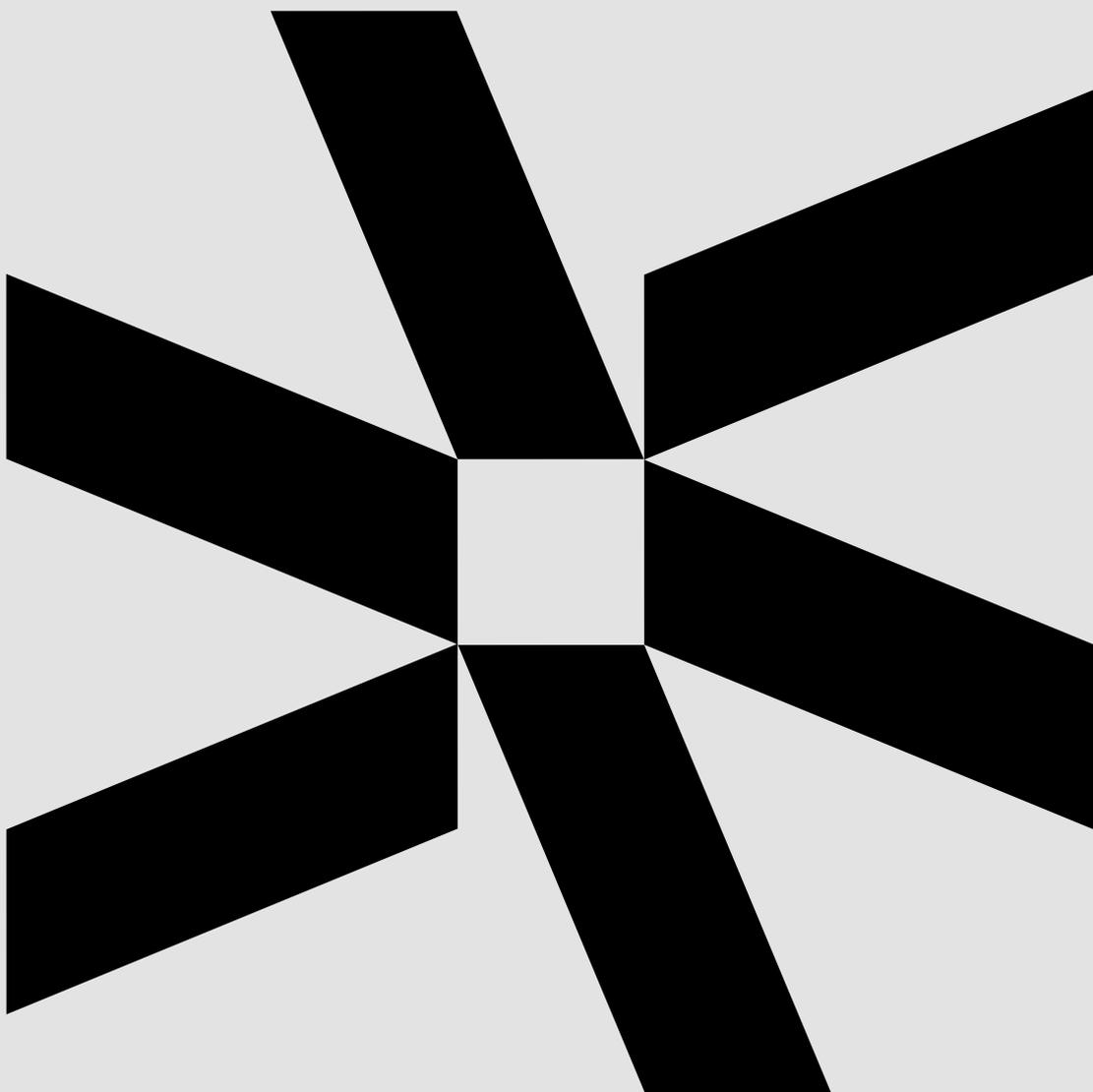
HABITAÇÃO ADEQUADA / BAIROS CONSOLIDADOS
/ EDIFÍCIOS DEVOLUTOS DO ESTADO / REGENERAÇÃO URBANA



Segundo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), esta entidade lançou, desde 2020, 26 concursos de conceção, a que correspondem um total de 2.816 habitações, “Dando continuidade à estratégia estabelecida para dar resposta às famílias que não têm capacidade de aceder a uma habitação no mercado livre”. Estes concursos promovem a construção de habitações enquadradas no regime de Habitação a Custos Controlados (HCC) e destinam-se a arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível (PAA). Paralelamente, a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) tem levado a cabo em Lisboa a construção de habitação a custos acessíveis promovida pelo Município, através de programas de habitação pública enquadrados na Nova Geração de Políticas Públicas de Habitação. Estas iniciativas avolumam concursos, projetos e obras já construídas, constituindo matéria relevante de reflexão sobre a resposta pública aos problemas da Habitação em Portugal.

Q9

QUAL O BALANÇO CRÍTICO
AOS CONCURSOS DE
CONCEÇÃO PROMOVIDOS
RECENTEMENTE PELO IHRU
E PELA SRU LISBOA?



A ENCOMENDA PÚBLICA DE HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS EM PORTUGAL. UMA ANÁLISE TIPOLÓGICA E CONSTRUTIVA

RUI FERREIRA

Escola de Arquitetura, Arte e
Design da Universidade do Minho.
ruipedroferreira.arq@gmail.com

CARLOS MAIA

Escola de Arquitetura, Arte
e Design da Universidade do Minho.
cmaia@eaad.uminho.pt

É unânime o reconhecimento generalizado da urgência em encontrar uma resposta rápida e eficaz, capaz de atender às necessidades atuais de habitação da sociedade, tanto na Europa como em Portugal. Nesse sentido, as principais entidades públicas responsáveis pelo setor da habitação em Portugal, como o IHRU ou a SRU, têm promovido nos últimos anos vários concursos de conceção que visam dar resposta ao problema, sobretudo no regime de Habitação a Custos Controlados (HCC).

O principal objetivo deste estudo prende-se, com base na identificação da(s) tipologia(s) padrão, verificar se os modelos propostos respondem às necessidades atuais dos grupos a quem se destinam (jovens, estudantes, famílias carenciadas, entre outros) assim como aos desafios atuais da habitação a uma escala global. Com base na análise dos concursos realizados na última década promovidos pelo Estado, é dada especial atenção às questões tipológicas e construtivas, de forma a categorizar os tipos de atuação e, eventualmente, os tipos de problemáticas recorrentes.

Pretende-se verificar se as tipologias de habitação propostas nestes concursos se baseiam em modelos convencionais rígidos de habitação, que atendem às necessidades da família tradicional do século XX, ou se, por outro lado, está a ser feita a transição para modelos flexíveis e adaptáveis, que procuram responder a uma nova domesticidade baseada na imprevisibilidade dos diferentes habitantes.

Com isto será possível identificar, não só o tipo de atuação por parte das equipas projetistas, como também as principais diretrizes impostas pelas entidades promotoras que, na maioria dos casos, condicionam em grande medida as propostas desenvolvidas.

A identificação de possíveis problemáticas com base numa análise de dados reais fomenta o pensamento crítico e o processo de diálogo sobre estas temáticas, necessário para que a atuação futura, promovida pelas entidades responsáveis, possa adaptar novas abordagens e políticas. Desta forma, é possível garantir ações mais informadas e alinhadas com a necessidade de adaptação à mudança - dos habitantes, do modelo residencial, da conceção do habitat e da domesticidade.

Palavras-chave

HABITAÇÃO / CONCURSO / TIPOLOGIA
/ MATERIALIDADE / FLEXIBILIDADE

CONCURSOS DE CONCEPÇÃO – O DESAPARECIMENTO DA ARQUITECTURA NO DEBATE SOBRE A HABITAÇÃO

NUNO CASTRO CALDAS

Faculdade de Arquitectura
da Universidade do Porto.
nunocastrocaldas@gmail.com

Os concursos públicos de concepção para a produção de habitação seriam, em teoria, o meio mais eficaz para que os arquitectos pudessem contribuir para a resolução dos problemas relacionados com o direito à habitação. Porém, não é esta a realidade que se constata da participação em vários destes concursos na Área Metropolitana de Lisboa, lançados quer pelo IHRU, quer pela SRU e assessorados pela Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos. Passando por escalas mais domésticas com reduzido número de fogos (20-30), até planos mais ambiciosos que propiciariam uma visão holística na possibilidade de (re)construção de cidade ancorada na construção de habitação; variando entre construção nova, ou reabilitação; entre colmatação de vazios urbanos em espaços centrais da cidade, ou densificação de espaços periféricos, a participação nestes concursos constituiria um verdadeiro laboratório de experimentação. Não se colocando em causa, ou desvalorizando os esforços feitos na profissionalização dos concursos nas últimas décadas, sobretudo por parte da Ordem dos Arquitectos (Mónica, 2019), o que se verificou foi um certo anacronismo dos modelos tipológicos ambicionados face aos modos de habitar contemporâneos, uma falta de visão crítica na concepção dos programas preliminares e, acima de tudo, uma falta de apreço na avaliação, premiação e divulgação das propostas apresentadas a concurso. Todos estes problemas requerem uma revisão urgente, para que os arquitectos possam contribuir, através do exercício da disciplina, num debate dominado por agentes interessados que actuam, predominantemente, em defesa de interesses financeiros próprios – o da crise do acesso à habitação.

HABITAÇÃO CRÍTICA: RECOLHA E PARALELO DOS CONCURSOS DO IHRU

LUÍS SANTIAGO BAPTISTA

Universidade Lusófona
– Pólo Universitário de Lisboa
lsantiagobaptista@gmail.com

NUNO GRIFF

Universidade Lusófona
– Pólo Universitário de Lisboa
nunogriff@gmail.com

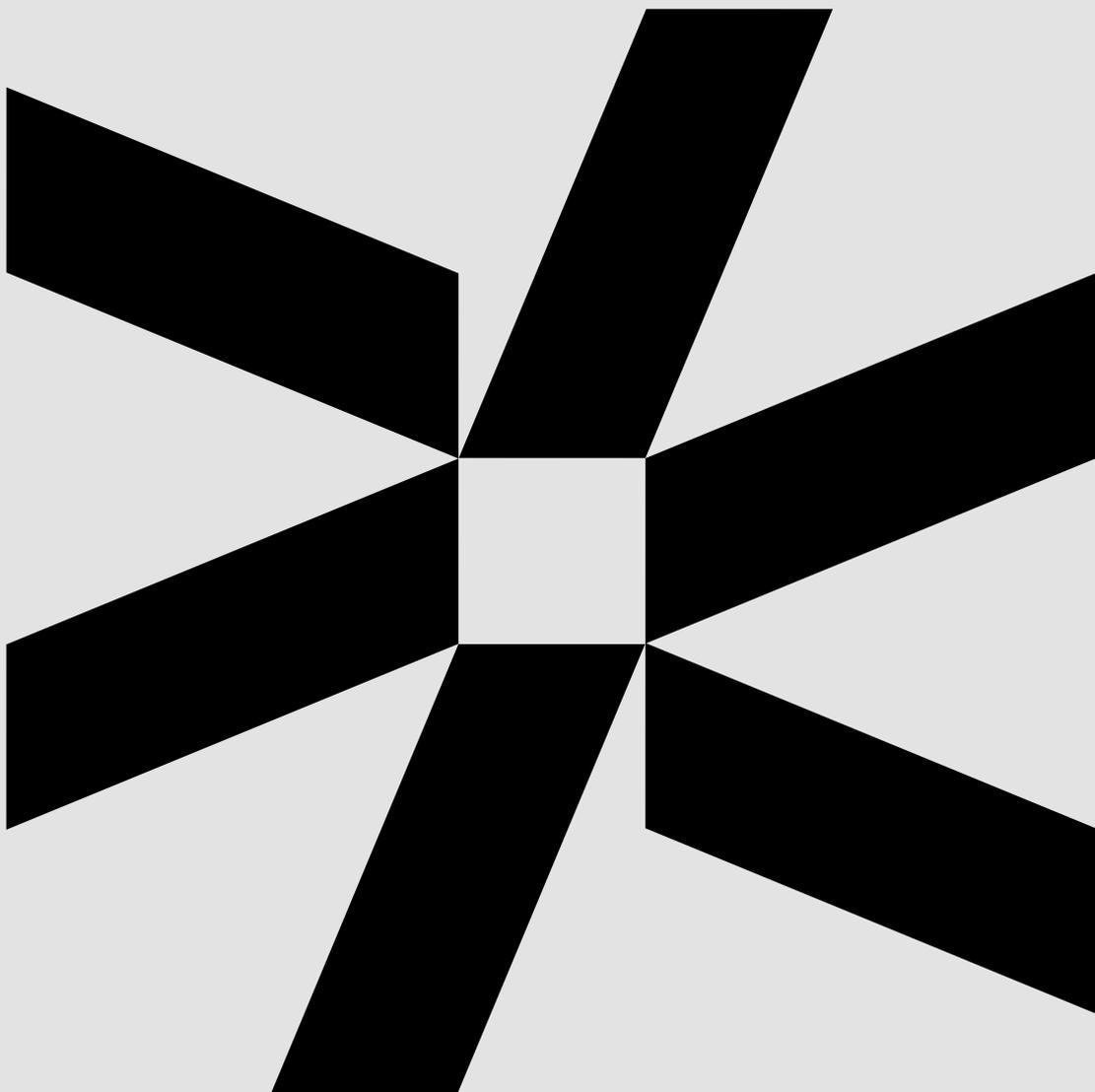
O projecto Habitação Crítica foi promovido pelo Departamento de Arquitectura da Universidade Lusófona de Lisboa desde 2023, através de um ciclo de conferências com ateliers participantes nos concursos promovidos pelo IHRU e SRU. Em 2024, realizou-se um workshop vertical intensivo com o objectivo de promover uma reflexão mais profunda e alargada em torno das questões da habitação pública nos concursos do IHRU. Num momento em que já foram realizados mais de duas dezenas de concursos, a entrar em fase de implementação, pretendeu-se compreender e caracterizar estes modelos habitacionais que marcarão as próximas décadas. A investigação analítica incidu sobre os projectos premiados dos concursos do IHRU lançados no âmbito da habitação de renda acessível entre 2021 e 2023, re-interpretando as metodologias desenvolvidas por Jean-Nicolas-Louis Durand em *Recueil et Parallèle des Édifices de Tout Genre, Anciens et Modernes* de 1800. Um livro compilou pranchas de cada concurso, apresentadas com um mesmo tratamento gráfico e escala para permitir a leitura comparativa. Os resultados do workshop revelaram as limitações e constrangimentos do programa de concursos do IHRU e a impossibilidade efectiva de reflexão crítica e experimentação tipológica dos modelos habitacionais de promoção pública.

Palavras-chave

HABITAÇÃO CRÍTICA / HABITAR COLECTIVO / CONCURSOS PÚBLICOS
/ TIPOLOGIA / RECOLHA E PARALELO DE DURAND

Q10

EM QUE MEDIDA
OS PROGRAMAS DOS
CONCURSOS PÚBLICOS
CONDICIONAM A PROPOSTA
DE MODELOS DE
HABITAÇÃO RENOVADOS?



HABITAÇÃO CRÍTICA: O WORKSHOP COMO MODELO DE INVESTIGAÇÃO TIPOLÓGICA

FILIPE QUARESMA

Universidade Lusófona de Lisboa.
p5055@ulusofona.pt

MARIA PAIS

Universidade Lusófona de Lisboa.
p4847@ulusofona.pt

Num período de forte escassez de habitação e sobretudo de oferta pública, iniciamos esta pesquisa em forma de projeto com a designação de Habitação Crítica, com o intuito de entender, discutindo, os concursos públicos de concepção de Edifícios de Habitação os concursos do IHRU (IHRU, 2024) e SRU, procurando entender as características tipológicas das propostas elaboradas durante o período entre os anos 2021 e 2023, evidenciando a sua continuidade com o moderno na arquitetura portuguesa (Agarez, 2018). Foi realizado um conjunto de conferências e um workshop com o objetivo de promover uma reflexão mais profunda e alargada sobre habitação pública com reflexo na oferta educativa do Departamento de Arquitetura da Universidade Lusófona de Lisboa. A metodologia utilizada baseou-se num processo de análise de um conjunto determinado de projectos acima referidos, e posteriormente a proposição de soluções diferentes para os lugares dos concursos, culminando num debate e crítica acerca dos conteúdos programáticos deste.

Palavras-chave

HABITAÇÃO CRÍTICA / CONCURSO PÚBLICOS DE HABITAÇÃO
/ TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO / CRIATIVIDADE
E FORMATAÇÃO REGULAMENTAR

#6

HABITANTE

Face ao contexto atual em que a qualidade dos espaços e o acesso à habitação se destacam como questões preementes, torna-se imperativo assegurar a participação ativa dos habitantes na tomada de decisões. Os processos participativos e de cocriação surgem como estratégias fundamentais para o desenvolvimento de espaços mais inclusivos, e comunidades sustentáveis e resilientes. O envolvimento dos habitantes desde a fase inicial dos processos assegura, também, uma resposta mais assertiva e ajustada às suas necessidades e expectativas. Medidas como a criação de canais de comunicação acessíveis e a implementação de novos programas e políticas de gestão são igualmente essenciais para garantir um acesso democrático aos recursos e instrumentos de financiamento disponíveis. Promover o envolvimento ativo e eficaz dos habitantes nos processos e agilizar o acesso a medidas de apoio preconizadas pelos instrumentos em vigor são práticas urgentes, que importa contextualizar em Portugal.

Q11

COMO INCLUIR
OS HABITANTES NAS
DECISÕES QUE DESENHAM
O AMBIENTE CONSTRUÍDO
RESIDENCIAL?



A PAISAGEM SONORA NO DESENHO PARTICIPATIVO DO ESPAÇO DOMÉSTICO

MARINA SANTOS

Universidade de Lisboa,
Faculdade de Arquitetura.
20223021@fa.ulisboa.pt

JORGE NUNES

CIAUD, Centro de Investigação
em Arquitetura, Urbanismo
e Design, Faculdade de Arquitetura,
Universidade de Lisboa.
jorgenunes@fa.ulisboa.pt

044

COMO INCLUIR OS HABITANTES NAS DECISÕES QUE DESENHAM
O AMBIENTE CONSTRUÍDO RESIDENCIAL?

Este artigo procura destacar a necessidade de integrar a paisagem sonora doméstica no processo de projeto, valorizando a dimensão sonora na arquitetura e propondo abordagens participativas para promover ambientes sonoros mais adequados ao habitar doméstico. A paisagem sonora doméstica abrange os diferentes sons presentes no ambiente doméstico, incluindo tanto os naturais quanto os produzidos pelas atividades humanas. Essa composição sonora influencia o bem-estar físico e psicológico dos habitantes, afetando significativamente a sua qualidade de vida. É neste contexto que se coloca a questão da participação dos habitantes no desenho da paisagem sonora doméstica. Assim, procede-se à análise de paisagens sonoras domésticas de habitações de diferentes agregados familiares, de modo a determinar os sons agradáveis e desagradáveis, bem como as diferentes zonas sonoras presentes nestes espaços domésticos, com o objetivo de caracterizar tipos de sons e de zonas sonoras e quais as implicações que estes têm na interação entre espaço e habitante. A metodologia desta análise assenta em revisão de literatura, entrevistas, gravações sonoras e caminhadas sonoras realizadas pelos habitantes que, por sua vez, foram escolhidos a partir de três variáveis: o tipo de habitação onde residem habitualmente; a composição do seu agregado familiar e o contexto envolvente das suas habitações. Os resultados enfatizam a relevância da paisagem sonora doméstica no bem-estar dos habitantes. Nesse sentido, podemos concluir que é fundamental considerar ativamente a paisagem sonora doméstica nas decisões de projeto do espaço doméstico de forma a promover ambientes mais adequados às necessidades dos habitantes. As abordagens participativas, tais como investigações feitas em colaboração com os habitantes e o desenho de ambientes sonoros, podem ajudar a garantir que as necessidades e preferências sonoras são devidamente consideradas. Deste modo, pode-se desenhar espaços domésticos onde o som contribui positivamente para a qualidade de vida dos habitantes.

Palavras-chave

PAISAGEM SONORA / ESPAÇO DOMÉSTICO / BEM-ESTAR
/ SOM / PROCESSO PARTICIPATIVO

ARQUITETURA E IDEOLOGIA: UMA FIGURAÇÃO DO COMUM, A PARTIR DE CASA BRANCA

DANIEL JESUS

CIAUD – Centro de Investigação
em Arquitectura, Urbanismo
e Design, Lisbon School
of Architecture, Universidade
de Lisboa, Lisbon, Portugal
dmjesus@fa.ulisboa.pt
ORCID: 0000-0002-7528-2140

Um coletivo formado por alunos finalistas da FAUL alia-se aos integrantes da Estação Cooperativa de Casa Branca, para imaginar o suporte vivencial para a comunidade e equacionar um devir sustentável na aldeia ferroviária do Concelho de Montemor-o-Novo. A fronteira entre especialistas na figuração e promitentes destinatários da arquitetura dilui-se a favor de um potencial HABITANTE (reportado à Q11 do tema #6, na “chamada de artigos”), que aqui se interroga: “como incluir?”. Reclama-se, portanto, para a revitalização pressuposta, a compreensão resultante de uma experiência de habitar-em-comum, a distinguir possibilidades no quadro de interação complexo que caracteriza as condições vivenciais locais, a montante e a jusante da produção de casas.

Sobre a materialização do dispositivo arquitetónico e o papel correspondente na naturalização das relações de poder, distinguem-se, cooperação, participação e integração como partes de uma abordagem ideologicamente comprometida, a traduzir segundo sucessivos constituintes do projeto. A ideologia, entendida como um “creditar de valores estranhos à constituição social prévia do sujeito”, projeta-se no objeto em estudo – de maneira dinâmica, não estanque, segundo “quatro modos de implicação ideológica” [Hayden White, referido a Karl Mannheim, em *Ideologia e Utopia* (1929)]: a) anarquismo; b) liberalismo; c) conservadorismo; d) socialismo – de modo a que, sítio, programa, tipologia, materiais, fabricação, se percebam comprometidos com considerações políticas, ambientais e económicas.

Dir-se-á ensaio concetual, ou libelo endereçado à benevolência pressuposta da autonomia disciplinar defendida no ensino da arquitetura? As propostas figuradas compreendem a conceção utópica de uma “morfologia-suporte para a constituição de comunidade autossuficiente” e distendem-se até à participação em trabalhos de reabilitação in situ, para aprofundamento de técnicas de natureza vernacular. Porém, independentemente da escala, distinguem-se como antítese de outros ensaios de configurações e tectónicas pacificadas a coberto de imunização política e social – ou indiferentes à iniquidade económica.

Plausível diversidade, quando no semestre é sempre abril.

Palavras-chave

ARQUITETURA / IDEOLOGIA / COMUM / PROJETO INTEGRADO
/ CASA BRANCA (MONTEMOR-O-NOVO)

Q11

COMO INCLUIR OS HABITANTES NAS DECISÕES QUE DESENHAM
O AMBIENTE CONSTRUÍDO RESIDENCIAL?

HOW TO UNDERSTAND THE CLIENT USING APPLIED SEMIOTICS? PROPOSAL OF COMMUNICATION MODEL AND ITS APPLICATION USING THE EXAMPLE OF BAIRRO DO PEGO LONGO, BY BARTOLOMEU COSTA CABRAL

KRZYSZTOF
MICHAL MUSZYNSKI

PhD. (University of Silesia, Katowice,
Poland). Narrative Impact
(<https://narrativeimpact.pl>).
krzysztof.muszynski@narrativeimpact.pl

MARIANA DE OLIVEIRA
COUTO MUSZYNSKI

PhD. Professora Auxiliar Convidada
do Departamento de Engenharia Civil
e Arquitectura da Universidade
da Beira Interior.
mariana.oliveira.couto@ubi

011

COMO INCLUIR OS HABITANTES NAS DECISÕES QUE DESENHAM
O AMBIENTE CONSTRUÍDO RESIDENCIAL?

In this paper, we propose a model that provides the framework for better communication between the architect and the client (here considered the future user of the built space). It confronts a list of needs, based on Maslow's Hierarchy of Needs, with three kinds of codes: residual, dominant, and emerging, according to Raymond Williams (1977). This model aims at generating precise and useful questions for the architect to ask the client to establish common points of reference so that both can work better, minimizing highly contextual implicit messages. A new logical "map of meaning" will emerge and facilitate communication with the client (or vice versa).

Examples of how our model can be applied will be provided through analysis of documents referring to the projects for Bairro do Pego Longo (SAAL housing project), designed by Bartolomeu Costa Cabral (1929-2024) in close contact with the clients whose needs the architect carefully sought to address.

Keywords

APPLIED SEMIOTICS / COMMUNICATION / SOCIAL HOUSING
/ BARTOLOMEU COSTA CABRAL

CAMINHAR - REPRESENTAR - IMAGINAR NO BAIRRO DA EMBOLADOURA, EM GUIMARÃES, COM CRIANÇAS

GABRIELA TREVISAN

Investigadora ProChild CoLAB.
gabriela.trevisan@prochildcolab.pt

MARIANA MARTINS
DE CARVALHO

Investigadora colaboradora CEAU-
FAUP. msmcarvalho@arg.up.pt

As noções mais expandidas sobre o espaço assumem a importância de se considerar que qualquer lugar é passível de apropriação pelas crianças, independentemente de se considerar que são especificamente desenhados para elas no contexto da cidade. O Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB desenvolveu um projeto de investigação-ação, em Guimarães, que permitiu às crianças a criação de espaços de discussão significativos sobre o seu bairro, sobre a sua identidade cidadã, criando linguagens que permitam a sua expressão plena e possibilitando a construção de uma voz própria no que respeita a políticas locais. A implementação do projecto resultou de uma colaboração estreita entre as equipas pluridisciplinares do CoLAB e da Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social – na figura do projeto de intervenção social ‘Escolhas’. Participaram cerca de 45 crianças e jovens que frequentam regularmente o espaço do “Porta 7”, situado no Bairro da Emboladoura (Gondar). Pretendeu-se fomentar práticas socioespaciais de mapeamento e transformação do território do bairro com as crianças, através das atividades “Habito este Lugar” e “Imagino este Lugar”. Depois de conhecer e reconhecer o bairro, as crianças e jovens foram convidadas/os a projetar uma outra realidade, que pudesse redesenhar os lugares que haviam identificado, nomeadamente o que gostariam de mudar, e o que gostariam que permanecesse. A partir de exercícios espaço-temporais sobre o território, as crianças e jovens projetaram e imaginaram outros lugares, que respondiam às suas necessidades e vontades, mas também às dos/as restantes residentes do bairro.

Os trabalhos de mapeamento realizados permitiram reconhecer as vivências e experiências das crianças no seu território, aqui visto enquanto elemento central para a construção das identidades pessoais e coletivas dos/as moradores do bairro. Este trabalho culminou com a construção de um ‘Caderno de Desejos’ entregue pelas crianças ao executivo municipal de Guimarães, com o desígnio de as envolver ativamente no processo de requalificação dos espaços públicos do Bairro.

Palavras-chave

CRIANÇAS / PARTICIPAÇÃO SOCIAL / MAPEAMENTO COLETIVO
/ POLÍTICAS PÚBLICAS / BAIRRO SOCIAL

O PAPEL DA CULTURA EM ESTRATÉGIAS URBANAS INCLUSIVAS. PERSPETIVAS E PRÁTICAS NA ZONA ORIENTAL DE LISBOA

LAURA POMESANO

ISTAR_IUL.

laurapomesano@gmail.com**041**COMO INCLUIR OS HABITANTES NAS DECISÕES QUE DESENHAM
O AMBIENTE CONSTRUÍDO RESIDENCIAL?

A inclusão dos habitantes nas decisões sobre o ambiente construído é fundamental para garantir espaços habitacionais mais justos e inclusivos. As transformações socioespaciais são frequentemente desencadeadas por processos de regeneração, com vários autores a destacar o uso instrumental da cultura para atrair investimentos em territórios, por vezes em decadência e subvalorizados, justificando, assim, a exclusão habitacional e acentuando desigualdades sociais. Diante do contexto de crise habitacional e das crescentes desigualdades, práticas participativas, como o exemplo de Can Batlló em Barcelona, surgem como alternativas ao modelo urbano neoliberal, promovendo a gestão comunitária e a habitação acessível. O presente estudo explora como práticas culturais e artísticas podem promover a participação comunitária no desenvolvimento urbano, resistindo a processos de gentrificação. Em Portugal, o projeto europeu H2020 ROCK –Regeneration and Optimisation of Cultural heritage in creative and Knowledge cities, implementado nas freguesias de Marvila e Beato, analisou estratégias participativas de regeneração urbana usando o património e a cultura como motores de transformação. Este território, que conheceu uma expansão durante a era industrial e foi marginalizado e despovoado após o período de desindustrialização, está agora a ser alvo de regeneração urbana impulsionada pelo surgimento de diversas atividades artísticas e culturais. A metodologia integrativa adotada incluiu a revisão de literatura, a análise de dados sobre as percepções dos promotores culturais e a comparação de iniciativas artísticas na região, posicionando-a como um território privilegiado para observar os fenómenos mencionados. Os resultados indicam que, embora a cultura na área estudada atraia frequentemente visitantes externos, há iniciativas locais que fortalecem o envolvimento comunitário, como a Biblioteca de Marvila. Conclui-se que a cultura pode ser uma ferramenta eficaz de resistência à gentrificação e que as políticas públicas devem promover a participação ativa dos habitantes, garantindo acesso igualitário aos recursos urbanos e reforçando a coesão social.

Palavras-chave

GENTRIFICAÇÃO / PARTICIPAÇÃO / POLÍTICAS PÚBLICAS
/ REGENERAÇÃO URBANA / DESINDUSTRIALIZAÇÃO

RUAS QUE CONTAM HISTÓRIAS: ARQUITETURAS DE PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DA LOMBA

FRANCISCA WEINER

FPCEUP
francisca.weiner@gmail.com

JOANA CRUZ

CIIE/FPCEUP
joanacruz@fpce.up.pt

O desenvolvimento urbano é muito mais do que a construção de edifícios e infraestruturas. É um reflexo das estruturas sociais que moldam a sociedade, é um espelho das políticas públicas, é uma reprodução de quem nela habita. Desde o final do século XVIII, com a expansão industrial em Portugal, testemunhou-se um crescimento drástico da população que vinha do interior para as cidades, resultando na construção em massa de habitações conhecidas como “ilhas”. Estas estruturas urbanas não representaram apenas soluções para um problema de habitação, como também deram palco a relações de poder, refletindo as desigualdades sociais existentes nos territórios, a par de uma monopolização no que diz respeito ao controlo do solo e ao planeamento urbano (Barbosa & Lopes, 2021; Rodrigues, 1999).

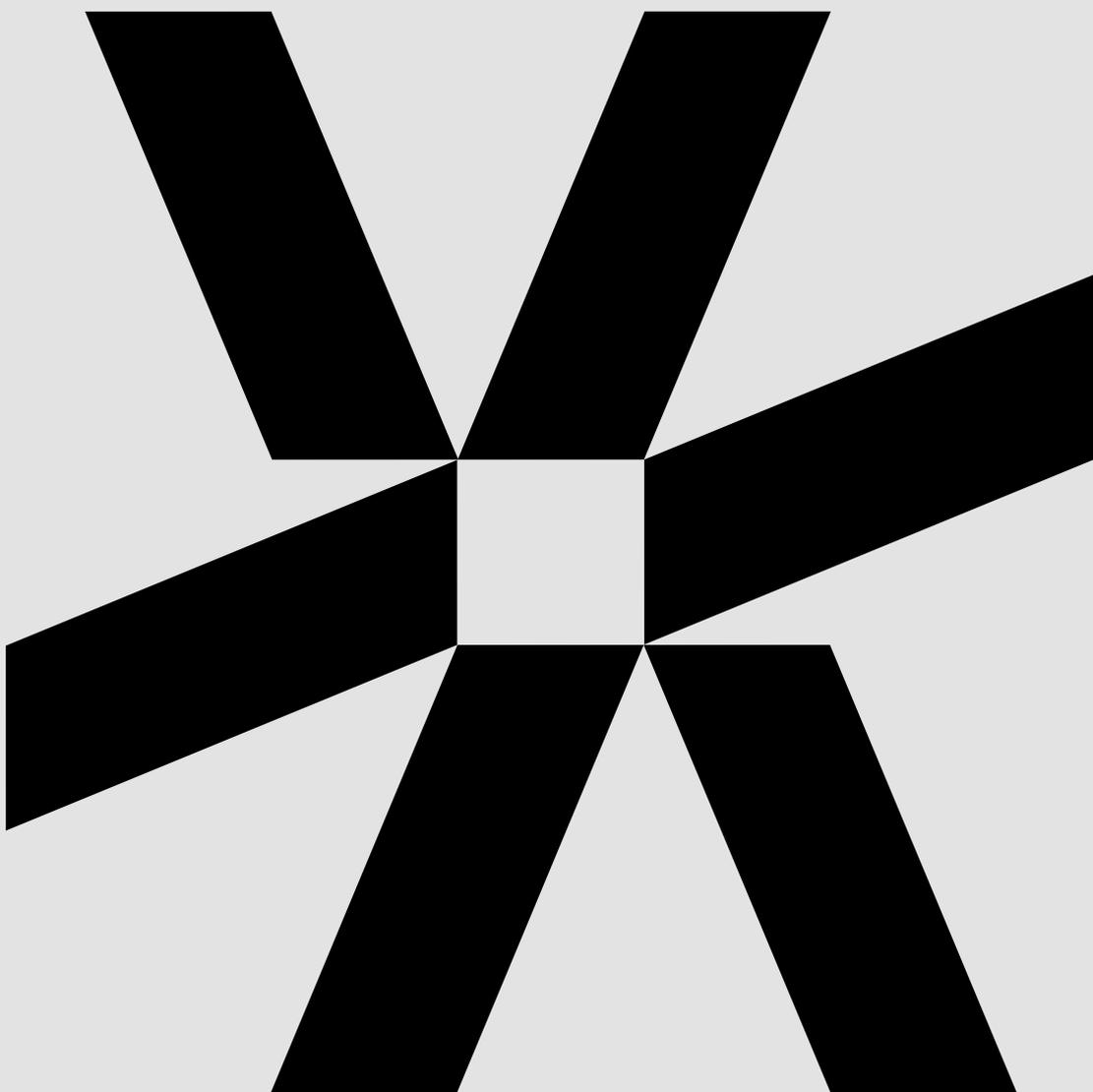
Apesar de se começarem a ver esforços para incluir os/as habitantes nas decisões que afetam o seu ambiente residencial, muitos/as ainda se sentem sub-representados/as, uma vez que os espaços de participação não refletem a diversidade cultural e social das comunidades, deixando de lado as vozes mais importantes, as de quem habita. O presente artigo tem por base um estudo etnográfico feito no território da Lomba, na zona do Bonfim, desde outubro de 2022 até outubro de 2024. Visa analisar o impacto emocional, social e cultural que estas mudanças têm sobre a vida das pessoas, emergindo da necessidade de uma reflexão profunda que inclua as vozes dos/as habitantes sobre a (re)construção do seu ambiente residencial. Trazer estas vozes - e o território de seis “ilhas” com um total de sessenta e três habitações que se encontram em processo de requalificação - é essencial para fazer cumprir Abril e garantir que a cidade é essencialmente dos seus habitantes.

Palavras-chave

DESENVOLVIMENTO URBANO / ILHAS / PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA
/ REQUALIFICAÇÃO**014**COMO INCLUIR OS HABITANTES NAS DECISÕES QUE DESENHAM
O AMBIENTE CONSTRUÍDO RESIDENCIAL?

Q12

COMO FACILITAR O
ACESSO DOS HABITANTES
ÀS ATUAIS MEDIDAS
DE APOIO À HABITAÇÃO?



ARQUITECTOS DE FAMÍLIA: ESTRATÉGIAS DE INTERMEDIACÃO

ANA PIRES

Estudante do Mestrado Integrado
em Arquitectura da Faculdade
de Arquitectura da Universidade
do Porto.
ana.fm.pires@gmail.com

A Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH, 2018), promovidas pelo governo português, vêm dar resposta às dificuldades cada vez mais urgentes das famílias, com um conjunto de medidas de apoio ao acesso à habitação condigna. As medidas propostas pretendem transitar de “Uma política de habitação cujos principais instrumentos assentam na construção de novos alojamentos e no apoio à compra de casa para uma política que privilegia a reabilitação e o arrendamento” (NGPH, 2018: 1784-7). Apesar dos esforços da NGPH na promoção da acessibilidade generalizada aos apoios disponíveis, os técnicos no terreno identificam que “(...) quem se encontra em maior situação de vulnerabilidade habitacional é, em simultâneo, quem tem mais dificuldades em aceder (aos recursos).” (Varea Oro et al, 2024: 15). Como resposta às limitações no acesso e operacionalização da política de habitação, o Workshop Arquitectos de Família (WAF) estabelece a articulação entre as fragilidades das famílias e o apoio institucional (HABITAR, 2024). Através da análise da 5ª edição do WAF (2023), que decorreu em Vila Nova de Foz Côa, Portugal, e no qual a autora participou, pretende esclarecer-se o papel do workshop no combate à precariedade habitacional. Em Foz Côa, o Workshop interveio enquanto um veículo de apoio à submissão de candidaturas ao 1º Direito. Com o acompanhamento de docentes da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) e técnicos próximos da comunidade e do território, um conjunto de estudantes do 4º e 5º ano da FAUP elaborou 12 programas base de reabilitação a submeter a financiamento, destinados a famílias identificadas pelo município. A partir da decomposição da abordagem do WAF, o estudo contribui para determinar a capacidade de atuação da metodologia, averiguando as oportunidades e limitações, a viabilidade, a acessibilidade do programa e o potencial pedagógico.

012

Palavras-chave

POLÍTICA DE HABITAÇÃO / 1º DIREITO / ACESSIBILIDADE
/ OPERACIONALIZAÇÃO / ARTICULAÇÃO

#7

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Num contexto em que as cidades são afetadas por múltiplas pressões (ambientais, sociais e económicas), aumenta a vulnerabilidade social à poluição atmosférica, ao ruído e às temperaturas extremas, fatores que interagem e têm maior impacto na saúde e na qualidade de vida da população com menos recursos económicos, pessoas mais velhas e crianças. A adaptação às alterações climáticas exige, de igual modo, o desenvolvimento de modelos de habitação sustentável. O uso de sistemas passivos como a orientação solar, a ventilação natural ou dispositivos de sombreamento, aliados à otimização das condições naturais do local como o clima (temperatura e ventos dominantes) e a geografia (topografia e vegetação) contribuem para a redução da dependência de meios mecânicos e para a mitigação dos impactos ambientais associados à construção. Criar soluções participadas e otimizadas, tanto no desenho do espaço público como na conceção dos edifícios de habitação são desafios prementes em Portugal, tendo como referência outros países em se verifica um lastro de experimentação com maior consolidação.

Q13

COMO CRIAR SOLUÇÕES
RESPONSIVAS
E SOCIALMENTE
PARTICIPADAS DE
ADAPTAÇÃO DO ESPAÇO
PÚBLICO ÀS ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS?



ASSESSMENT OF OUTDOOR THERMAL COMFORT FOR AN AGE-FRIENDLY AND CLIMATE-ADAPTED PUBLIC SPACE

RACHITA KLINMALEE

Faculty of Engineering of the University of Porto, Porto, Portugal.
up202202073@edu.fe.up.pt

HELENA CORVACHO

CONSTRUCT (LFC), Faculty of Engineering of the University of Porto, Porto, Portugal.
corvacho@fe.up.pt

Awareness of climate change, urbanization, and ageing populations has grown in recent decades, with cities facing demographic shifts toward older populations and heightened climate risks. Urban outdoor spaces are essential for social interactions and well-being, particularly for older adults, who are more vulnerable to extreme climate conditions. This study examines the relationship between urban form and microclimates to enhance Outdoor Thermal Comfort (OTC) for the elderly through resilient design strategies. Using ENVI-met to simulate urban microclimates and BIO-met to assess thermal comfort via Physiologically Equivalent Temperature (PET), the research analyses two areas in São Roque da Lameira, Campanhã, Porto, Portugal. Findings show urban form significantly impacts microclimates, with strategies like increasing green areas and vegetation providing effective cooling and shade. Pergolas and water bodies further enhance comfort, promoting healthy ageing and sustainable development. Future research should expand to diverse environments and demographics to refine climate-responsive urban planning, advancing resilience through improved tools and collaboration.

Keywords

PUBLIC SPACE / OUTDOOR THERMAL COMFORT / SIMULATIONS
/ CLIMATE CHANGE ADAPTATION / AGE-FRIENDLY SOLUTIONS

CLIMATE CHANGE AND ENVIRONMENTAL RACISM: LOCAL KNOWLEDGE AND PARTICIPATORY APPROACH AS A TOOL FOR ADAPTING PUBLIC SPACE

KIKI MOREIRA SOARES

Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto.
kikimsoarez@gmail.com

FABIANO MACIEL SOARES

Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto.
fabianomaciel@outlook.com

This study explores the role of local knowledge in adapting public spaces to climate change, emphasizing participatory solutions that promote environmental and social justice. Drawing on the concept of environmental racism, as articulated by Robert D. Bullard, it highlights how marginalized communities disproportionately face climate-related challenges due to systemic inequities

The article incorporates ancestral perspectives, particularly those of Brazilian environmentalist Ailton Krenak, who critiques capitalist urbanization models that disrupt natural ecosystems and marginalize indigenous communities. This discussion aligns with Jane Jacobs' emphasis on the social and communal value of public spaces and David Harvey's critique of how capitalism shapes urban environments, often prioritizing market forces over inclusivity. Together, these perspectives underline the need for public spaces that challenge exclusionary systems and integrate marginalized voices into urban planning.

Additionally, the paper also examines participatory approaches essential for effective climate adaptation, focusing on stakeholder involvement in decision-making processes. Examples include community-led urban gardens in Rio de Janeiro, the Green Belt Movement in Kenya, and the Makoko Floating School in Nigeria. These cases demonstrate how traditional and indigenous practices, supported by collaborative frameworks, can regenerate public spaces, foster social cohesion, and enhance resilience to climate impacts.

Finally, by bridging traditional practices with innovative design approaches, the case studies illustrate how participatory initiatives can address climate adaptation challenges while fostering inclusion and equity. These examples emphasize the replicability of such interventions across diverse urban contexts, offering pathways for sustainable and just urban futures.

Keywords

ENVIRONMENTAL RACISM / LOCAL KNOWLEDGE / CLIMATE ADAPTATION
/ PUBLIC SPACES / PARTICIPATORY APPROACH

DESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO RESPONSIVO AO STRESS CLIMÁTICO: COMUNIDADE, ENVELHECIMENTO, VULNERABILIDADE

ANA MARTINS

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, amartins@arq.up.pt

Refletindo sobre a atualidade da problemática das alterações climáticas, este artigo que se insere no projeto de investigação “Climate Adaptation for Older People Living in Vulnerable Areas (CAOP)” [PTDC/GES-URB/2038/2021] foca-se na mudança adaptativa das cidades enquanto sistemas que evoluem e se transformam. Parte-se do princípio de que os espaços públicos como subsistemas devem ajustar-se às necessidades das pessoas, nomeadamente às mais suscetíveis ao stress climático. Tem-se como objetivo: (i) identificar as vulnerabilidades e as potencialidades da área em estudo – São Roque da Lameira pertencente à freguesia de Campanhã, Porto – e (ii) dar resposta a essas vulnerabilidades, no sentido de minimizar os efeitos das alterações climáticas, aproveitando as potencialidades existentes. A metodologia é desenhada com base na triangulação entre a obtenção dos dados quantitativos e qualitativos e a análise dos mesmos, o que permite uma melhor resposta adaptativa à problemática referida. O método inclui várias fases: (i) identificação e definição das unidades tipomorfológicas da área de estudo; (ii) análise da vulnerabilidade física/espacial e funcional – das unidades identificadas; (iii) classificação, que relaciona as características de espaços de movimento e de lugares de permanência – acessibilidade, centralidade, redundância, diversidade, proximidade e porosidade – com os processos ambientais e sociais. A par destas análises, o processo de investigação inclui fases de cocriação entre a equipa do projeto e os residentes de São Roque. Estas abordagens são complementadas por um Layer adicional de informação resultante de observações e entrevistas aos utilizadores dos espaços. O método de análise descrito permitirá estudos de caracterização e diagnóstico socio-urbano e morfológico de duas zonas vulneráveis – o bairro e a rua de São Roque. Os resultados da aplicação deste método farão parte de um manual metodológico que poderá ser utilizado por entidades públicas, no sentido de pôr em prática um planeamento informado e desenho urbano responsivo. Este artigo descreve a metodologia, apresenta o diagnóstico e a caracterização do bairro e da rua de São Roque apontando algumas evidências, tais como a falta de permeabilidade entre os espaços, de vegetação e de sombras que os torna mais expostos ao calor extremo e mais desconfortáveis. Este diagnóstico será usado no projeto CAOP para delinear intervenções de precisão responsivas.

Palavras-chave

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS / ADAPTAÇÃO / DESENHO URBANO
/ ENVELHECIMENTO / VULNERABILIDADE

UMA ANÁLISE DA CIRCULARIDADE DO SISTEMA ALIMENTAR A PARTIR DE PRÁTICAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DO PORTO

JEFF ANDERSON

Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto.
contatomicrotopia@gmail.com

Dada a relevância do sistema alimentar nas mudanças climáticas, a transição para sistemas alimentares urbanos circulares e socialmente participativos é urgente. Esta transição exige a mudança de uma economia linear para uma economia circular, além da adaptação dos espaços públicos onde as práticas circulares se realizam. Neste contexto, a Cidade Circular apresenta-se como melhor proposta a seguir, pois reimagina a cidade a partir de práticas que pressupõem os limites ecológicos do planeta. Com base em uma análise da circularidade no sistema alimentar da cidade do Porto a partir de práticas vigentes no espaço público, este artigo apresenta e discute a resiliência socioespacial e a inclusão das práticas identificadas em três casos de estudo: Good_Food_Hubs; ReFood e Ilhas_de_Compostagem_Comunitária. Mediante uma abordagem multi-metodológica, foram identificados como fatores condicionantes da circularidade a taxa de participação cidadã, e o grau de articulação entre os stakeholders. Para alavancar a circularidade, são propostas três categorias de medidas: educação; inclusão; comunicação e diálogo. Essas medidas visam sensibilizar a população sobre a importância da economia circular, envolver diferentes atores no processo e fomentar a troca de informações e ideias.

Palavras-chave

CIDADE CIRCULAR / SISTEMA ALIMENTAR / ESPAÇO PÚBLICO
/ METABOLISMO URBANO / SUSTENTABILIDADE

PROPOSTA DE PLANEAMENTO DE UMA REDE DE ABRIGOS CLIMÁTICOS – APLICAÇÃO À CIDADE DO PORTO

MARIA LUÍSA
SCHARLAU DA SILVA

FEUP
marialuisascharlau@gmail.com

SARA MARIA DOS SANTOS
RODRIGUES DA CRUZ

FEUP
scruz@fe.up.pt

As alterações climáticas têm impactos significativos e cada vez mais frequentes nas áreas urbanas, potenciando desigualdades e vulnerabilidades pré-existentes, no território e nas comunidades. As populações com algum tipo de vulnerabilidade tendem a sofrer mais os impactos resultantes dessas alterações, seja pela maior exposição ao risco, seja pela dificuldade em superarem as perdas e danos causados pelos eventos, como consequência das características dos locais onde vivem, ou de questões socioeconómicas (por exemplo: rendimento familiar, idade, género, condições de saúde ou acesso a equipamentos e redes sociais de apoio). Face a estas desigualdades socio-territoriais perante os riscos e potenciais impactos climáticos, é necessário antecipar respostas adequadas e eficientes, particularmente as que se destinam a proteger as populações mais vulneráveis. Estas respostas devem, contudo, entender-se no contexto de uma estratégia de adaptação às alterações climáticas. Este trabalho propõe uma metodologia de planeamento de abrigos climáticos em rede, como parte de uma estratégia urbana de adaptação climática. Os abrigos climáticos são equipamentos públicos ou coletivos, em espaços abertos ou fechados, nos quais a população se pode refugiar durante a ocorrência de eventos climáticos extremos, podendo ser de curta ou longa permanência. Com base na literatura e em casos de referência internacionais, a metodologia apresentada consiste na identificação de um conjunto de critérios (e indicadores) considerados relevantes para o efeito, que permitem fazer a seleção de espaços a integrar uma rede de abrigos climáticos. A metodologia assenta ainda, numa segunda fase, em momentos de integração de contributos e da validação da comunidade e dos agentes locais, com o objetivo de potenciar a sua eficácia na sua implementação futura. Em particular, o trabalho apresentado faz uma aplicação da metodologia proposta ao caso do Porto, uma cidade cujos cenários climáticos apontam para crescentes riscos climáticos, principalmente

ondas de calor, ondas de frio e inundações. Além disso, a cidade é caracterizada por uma população residente com fortes vulnerabilidades sociais, situação que potencia negativamente os impactos dos referidos eventos climáticos. A aplicação da metodologia ao caso do Porto permitiu o mapeamento da proposta obtida para uma rede de abrigos climáticos, constituída pelos equipamentos identificados como os mais adequados atendendo aos critérios trabalhados e aos riscos aos quais pretendem dar resposta. A aplicação da metodologia permitiu ainda acrescentar recomendações tendo em vista a implementação da rede, nomeadamente recomendações que visam a existência desejável de um plano de comunicação e de um plano de monitorização. Em resumo, o principal contributo deste trabalho consiste na proposta de uma metodologia para desenhar uma rede de abrigos climáticos, no contexto de uma estratégia de adaptação climática, com o objetivo de promover a resiliência urbana e a justiça climática.

Palavras-chave

ABRIGOS CLIMÁTICOS / ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

/ RESILIÊNCIA DAS COMUNIDADES / JUSTIÇA CLIMÁTICA

UM LUGAR À SOMBRA UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS ONDAS DE CALOR

ISABEL MARTINHO
DA SILVA

Departamento de Geociências,
Ambiente e Ordenamento do
Território, Faculdade de Ciências,
Universidade do Porto, 4169-007
Porto, Portugal. CIBIO; Centro de
Investigação em Biodiversidade
e Recursos Genéticos, InBIO
Laboratório Associado, Campus
de Vairão, Universidade do Porto,
4485-661 Vairão, Portugal,
isabelsilva@fc.up.pt

RITA MOURA

Departamento de Geociências,
Ambiente e Ordenamento do
Território, Faculdade de Ciências,
Universidade do Porto, 4169-007
Porto, Portugal,
up199600625@edu.fc.up.pt

As alterações climáticas trouxeram diversos desafios à cidade. As ondas de calor são o fenómeno climático com maior impacto na saúde pública, resultando em índices de mortalidade bastante elevados nas populações vulneráveis, nomeadamente crianças, idosos, e segmentos mais desfavorecidos economicamente. Para fazer frente à ilha de calor urbana, várias estratégias têm vindo a ser ensaiadas em diversas cidades no mundo, muitas delas dotando o espaço público de capacidade de adaptação e/ou mitigação dos efeitos das ondas de calor. Este estudo compara diversas estratégias no que respeita à sua eficiência: i) para se adaptar ou mitigar os efeitos ilhas de calor; ii) para simultaneamente mitigar outros efeitos das alterações climáticas; e iii) na diversidade de serviços prestados.

O adequado planeamento e implantação de uma estrutura verde e azul é a estratégia mais eficiente a todos os níveis, e aquela que mais beneficia o espaço público. As estratégias que manipulam o albedo da estrutura cinzenta são as menos eficientes em termos de adaptação climática e provisão de outros serviços (multifuncionalidade). Uma combinação de várias estratégias pode maximizar e potenciar a eficiência da adaptação do espaço público às alterações climáticas. É de extrema importância uma inventariação das necessidades e potencialidades, para evitar situações de injustiça ambiental ou gentrificação verde. Face às ondas de calor é importante garantir a todos um lugar à sombra.

Palavras-chave

ILHA DE CALOR URBANA / ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
/ ESTRUTURA VERDE / REFÚGIOS CLIMÁTICOS
/ SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

A STEP-BY-STEP FRAMEWORK FOR ENHANCING WALKABILITY AND URBAN GREEN RESILIENCE: GUIDELINES FOR GREEN AND RESTING AREAS IMPLEMENTATION USING THE WIEH INDEX

FRANKLIN GASPAR

CITTA: Research Centre for Territory, Transport and Environment, Department of Civil Engineering, FEUP: Faculty of Engineering of University of Porto, 4200-465 Porto. (PORTUGAL). up202204098@up.pt

FERNANDO BRANDÃO ALVES

CITTA: Research Centre for Territory, Transport and Environment, Department of Civil Engineering, FEUP: Faculty of Engineering of University of Porto, 4200-465 Porto. (PORTUGAL). alves@fe.up.pt

Theoretical framework: As cities experience elevated temperatures, redesigning pedestrian spaces to minimize effects of urban heat exposure represents a crucial public health strategy, especially for vulnerable groups such as individuals over 65 years and children under five that are particularly at risk due to physiological and mobility limitations. Regarding adapting public spaces to climate change, by incorporating the needs of social groups identified as most vulnerable in our urban adaptation projects not only addresses their specific needs but also enhances urban resilience for all citizens. This paper explores the potential of the Walkability Index for Elderly Health (WIEH) as a methodological tool for identifying and prioritizing green spaces and shaded resting areas along pedestrian routes. By implementing a step-by-step framework, this study demonstrates how the WIEH Index can improve walkability, urban resilience while addressing health impacts of urban heat stress in currently inadequate walkways.

Research questions: Originally, the WIEH was designed to identify “Heart-Friendly Routes” for pedestrians. However, in areas lacking alternative routes, can the WIEH be adapted to identify and guide the implementation of green spaces and rest areas? Can this approach meet local population needs and enhance resilience to urban heat exposure?

Methodology: To address this, this study presents a detailed framework for an adapted application of the WIEH, incorporating a new final step to identify the most suitable locations for implementing green and resting spaces along public pathways. The methodology consists of the following steps: 1 - Classifying the Pedestrian Network using the Index of Space suitability for walking (ISW) formula, 2- Integrating Slopes (IS) by evaluating the walking difficulty, accordingly to the inclination of the study area, 3- Calculating and selecting Friendly Routes,

accordingly to suitability to walking; and 4 - identifying best locations for green areas and rest spaces to improve the resilience of the city walkers.

In this case, we are going to explain the guidelines used in a study case of São Roque da Lameira Street in Porto, Portugal, a neighborhood characterized by its high proportion of elderly residents and significant vulnerability to heat. The urban heat island effect, exacerbated by paved surfaces and limited greenery, makes this area particularly challenging during summer.

Findings: Initially developed to identify pedestrian usage patterns and prioritize routes for mobility, the WIEH demonstrates another valuable application for planners explored in this paper: by mapping public space characteristics with poor walkability conditions, the index can also prioritize walkable sections that can be improved. The study reveals that 19% of the area is flat and highly recommended for walking, with green resting areas every 800 meters; 47% is less recommended, with resting areas every 500 meters; and 34% is unsuitable for walking, requiring specific urban design interventions like handrails and shading. Finally, these results guided the identification of favorable locations for creating green spaces and rest areas adapted to local population needs, enhancing pedestrian resilience to urban heat stress and highlighting the need to improve the quality of urban life and safeguard the health of citizens in this locality.

KEYWORDS

WALKABILITY INDEX / URBAN RESILIENCE / HEAT ADAPTATION
/ GREEN INFRASTRUCTURE / ELDERLY HEALTH

Q14

COMO OTIMIZAR O USO
DE SISTEMAS PASSIVOS
E CONDIÇÕES LOCAIS EM
MODELOS DE HABITAÇÃO
SUSTENTÁVEL?



A VARANDA MEDITERRÂNEA COMO UM ARQUÉTIPO DE BEM-ESTAR

CATARINA RIBEIRO

Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto.
catarinasftribeiro@gmail.com

NUNO RAMOS

Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto.
nmmr@fe.up.pt

A varanda mediterrânea tem uma longa tradição como um arquétipo de bem-estar. Contudo, o aumento da frequência e da intensidade das ondas de calor, que tem vindo a alterar os requisitos nos edifícios de habitação em contexto urbano, acentua as dúvidas sobre as melhores opções de desenho para estes espaços. Por sua vez, a alteração recorrente e global dos sistemas de encerramento das varandas por parte dos habitantes, aumenta a incerteza sobre as preferências em relação a estes espaços e os consequentes impactos destas modificações para a qualidade do ambiente interior. Combinando abordagens quantitativas com abordagens qualitativas este estudo, de um caso particular do centro do Porto, procura perceber como o desenho das varandas impactam a qualidade do ambiente interior (do conforto térmico, acústico e visual à qualidade do ar) e a percepção dos habitantes. A análise dos resultados confirmou que a varanda é um elemento relevante para melhorar as condições interiores das habitações. Entre outros aspetos, verificou-se que a presença de uma varanda influenciou positivamente as condições higrotérmicas, aumentando a temperatura no espaço interior adjacente 1° C no inverno e diminuindo 3° C no verão. Em adição, a existência de uma varanda reduziu o ruído exterior cerca de 10 dBA no interior da habitação encorajando os habitantes a abrirem as janelas mais regularmente, contribuindo para melhorar a qualidade global do ambiente. Contudo, este estudo verificou que embora a varanda possa ser um elemento capaz de melhorar a qualidade do ambiente interior em meios urbanos o uso das varandas como espaço de recreação e lazer encontra-se condicionado se não estiverem garantidas as condições de conforto nesse espaço intermédio. Esta dicotomia reforça a pertinência de repensar a varanda mediterrânea tradicional como um sistema passivo essencial para mitigar os novos desafios dos, até agora, climas temperados do sul da Europa.

Palavras-chave

VARANDA MEDITERRÂNEA / BEM-ESTAR / SISTEMA PASSIVO
/ QUALIDADE DO AMBIENTE INTERIOR / CONFORTO

ALÉM DO CONFORTO: REDEFINIR A VIVÊNCIA TÉRMICA NA ARQUITETURA

PEDRO SANTIAGO

CEAU - FAUP.
up202300045@edu.arq.up.pt

A arquitetura contemporânea tem perpetuado uma conceção homogênea de conforto térmico, ao aspirar a uma “eterna primavera” nos espaços interiores, desconsiderando a complexidade da fisiologia humana e as variações das necessidades térmicas conforme as atividades realizadas (Rahm, 2023: 45). Esta padronização ignora a capacidade adaptativa do corpo humano e limita a nossa conexão e relação com o ambiente natural. O conceito de conforto térmico foi historicamente moldado pela busca de uma climatização mecânica constante, visando proporcionar ambientes internos estáveis e homogêneos. No entanto, o contexto atual de crise habitacional, aliado às crescentes preocupações climáticas, exige uma reavaliação desse paradigma. Este artigo propõe uma abordagem alternativa, centrada no conforto térmico adaptativo, nos princípios vernaculares do desenho arquitetónico em simbiose com o meio e nas gramáticas espaciais, como respostas inovadoras e resilientes para a habitação contemporânea. Reflete como a otimização de sistemas passivos e a exploração das condições locais podem promover ambientes internos com microclimas diversificados, adequados a diferentes funções, reforçando simultaneamente a nossa relação intrínseca com a natureza.

O objetivo central é redefinir os paradigmas convencionais de conforto térmico, propondo uma abordagem que valoriza a diversidade climática interna como meio de atender às necessidades fisiológicas específicas e fomentar um envolvimento mais profundo com o ambiente (Banham, 1984: 22). Metodologicamente, a pesquisa realiza uma análise transdisciplinar que integra estudos de Bienvenido-Huertas e Rubio-Bellido (2021), Luo (2020) e Fabbri (2024) sobre conforto humano, acompanhada da análise crítica de casos de estudo de arquitetos contemporâneos, como Groupwork UK, Harquitectes, Peris+Toral e Philippe Rahm, cujos projetos desafiam as noções tradicionais de conforto ao integrar estratégias para criar espaços com climas internos variados (Harquitectes, 2018: 30; Groupwork, 2020: 55; Peris+Toral, 2021: 42).

Os resultados esperados evidenciam como o conforto térmico pode ser dinâmico e subjetivo, influenciado por fatores fisiológicos, psicológicos e socioculturais, e como a implementação de diferentes zonas térmicas dentro dos edifícios, alinhadas a atividades específicas, não só reduz o consumo energético associado ao controlo mecânico, mas também enriquece a experiência sensorial e cognitiva dos ocupantes (Moe, 2010: 60; Ábalos et al., 2015: 33). Tal abordagem

reconhece a plasticidade da fisiologia humana em resposta ao ambiente térmico, promovendo uma arquitetura simultaneamente eficiente e humanizada. A aplicação desses conceitos sublinha a viabilidade de soluções passivas como alternativas eficazes e sustentáveis para mitigar a crise habitacional. Contudo, reconhece-se a existência de contra-argumentos, nomeadamente a possível resistência dos utilizadores habituados a ambientes termicamente homogêneos, bem como os desafios inerentes à regulamentação atual, que privilegia padrões uniformes de conforto (Cairns & Jacobs, 2017: 88). Além disso, há considerações sobre a viabilidade de implementar tais sistemas junto de populações mais sensíveis, como crianças e idosos. Não obstante, este estudo defende que a diversificação térmica interior contribui para uma relação mais sustentável e significativa entre o ser humano e a natureza (Rudofsky, 1987: 12; Watson, 2019: 78).

Em conclusão, a otimização de sistemas passivos e a valorização das condições ambientais locais permitem uma reinterpretação do conceito de conforto térmico, alinhada com as necessidades fisiológicas humanas e os imperativos de sustentabilidade. Esta perspectiva incentiva uma arquitetura que não apenas abriga, mas também educa e conecta, promovendo um habitar mais consciente e integrado com o meio ambiente (Zaera-Polo & Anderson, 2021: 54; Srinivasan & Moe, 2015: 42). Ao reconhecer a importância de diferentes climas internos para atividades distintas, estabelecemos um diálogo mais profundo com a natureza e conosco mesmos, potenciando uma existência mais equilibrada e resiliente.

Palavras-chave

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA / BIOCLIMÁTICA / CONFORTO
/ INTEGRAÇÃO AMBIENTAL / SUSTENTABILIDADE

ARQUITECTURA PARA MAIS DO QUE HUMANOS: PENSAR A SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA REVALORIZAÇÃO DE DIMENSÕES ECOSSISTÉMICAS QUALITATIVAS NO PROJECTO

BRUNO MARAMBIO MÁRQUEZ

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, FAUP.
bruno.marambio@gmail.com

SERGIO ELÓRTEGUI
FRANCIOLI

Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.
sergio.elortegui@pucv.cl

Perante à realidade climática atual do nosso planeta, na qual a arquitectura e construção têm um grau importante de responsabilidade nos consumos de energia e emissões de carbono, é importante diversificar e aprofundar os caminhos e possibilidades da sustentabilidade. Embora este assunto esteja a ser abordado nas práticas de projecto, o problema é frequentemente tratado como uma questão técnica, onde são colocados alguns elementos que reduzem a pegada de carbono de forma quantitativa.

A tecnologia é utilizada como um mediador destas escolhas que desliga os habitantes da sua responsabilidade no habitar, através da automatização dos processos e espaços. Esta visão não contempla o planeta como sistema onde a arquitectura se insere, pelo que deve interagir com outras variáveis que vão além da nossa espécie. Para poder pensar uma arquitectura que dialogue com outras dimensões, disciplinas, e espécies, realiza-se o exercício de acompanhar o trabalho de campo de um biólogo-naturalista nas ilhas Canárias, Espanha. O objectivo é poder compreender melhor os habitats e as relações entre espécies, assim como perceber as mudanças e a evolução dos ecossistemas a partir da ação humana. Desta forma, os modelos podem ser repensados e podem ser encontradas soluções a partir das observações para serem incorporadas nos processos de projecto.

A importância deste trabalho radica no valor que é outorgado ao estudo e inclusão de outras espécies co-habitantes com a arquitectura, que melhoram a relação de perda de biodiversidade que afeta ao nosso planeta. Portanto, esta investigação não procura propor uma solução concreta para o caso de estudo, mas valorizar este exercício e abrir um caminho que ofereça dimensões metodológicas que possam ser exploradas e utilizadas, resgatando a complexidade e profundidade do trabalho conjunto com outras disciplinas.

Palavras-chave

PROJECTO ARQUITECTÓNICO / INTERDISCIPLINARIDADE
/ SUSTENTABILIDADE / BIODIVERSIDADE

THERMAL AND NATURAL LIGHT COMFORT ANALYSIS OF BOUÇA SOCIAL HOUSING DEVELOPMENT IN PORTO, PORTUGAL

SUSANA ALEXANDRA
SANTOS PEREIRA

University of Minho School
of Architecture, Art and Design.
a84626@uminho.pt

PAULO JORGE FIGUEIRA
DE ALMEIDA URBANO
DE MENDONÇA

University of Minho School
of Architecture, Art and Design.
mendonca@eaad.uminho.pt

Performative architecture integrates formal and functional elements, emphasizing a holistic approach to design by incorporating technical and aesthetic components early in the process. This method contrasts with designs where technical and functional elements are added only to comply with regulations and standards. The increasing use of digital and computational tools, which have been in development since the 1970s, supports this integrated approach. Advances in software and hardware have made building performance simulation tools widely accessible, allowing their integration at various design stages.

This project aims to incorporate simulation tools actively in the design process, reinforcing the role of designers in ensuring building performance. The study analyzes the thermal performance and daylighting of Bouça's neighbourhood using Rhinoceros 3D and Climate Studio. To validate simulation data, on-site measurements were conducted to test the accuracy of the results.

The Bouça Residents' Association housing complex, designed by Architect Álvaro Siza Vieira, was a significant social housing project in Porto, Portugal, aimed at providing affordable housing for residents of informal "ilhas" settlements. It represents a milestone in Portuguese architectural history and the evolution of social housing in the 20th century. This research builds on the Bouça case study by exploring various design options and evaluating the benefits of combining modelling and simulation tools to improve building performance.

Using software like Climate Studio for design analysis and simulation allows architects to make informed decisions iteratively, optimizing occupant experience, reducing resource consumption, and minimizing environmental impact. Climate Studio provides simulations for sun, wind, daylight autonomy, thermal comfort, and more, presenting results through clear grids, graphs, and 3D models. In the early design phases, the software helps determine optimal orientation and geometry based on site-specific parameters, allowing for continuous refinement of design decisions to achieve the desired outcome.

Keywords

PERFORMATIVE ARCHITECTURE / CLIMATE STUDIO / NATURAL LIGHT
/ THERMAL COMFORT / BOUÇA RESIDENTS' ASSOCIATION HOUSING

MAIS DO QUE CASAS . ARQ . UP . PT

12 FEVEREIRO 2025 / FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO



MAIS
DO QUE
CASAS



Centro de Estudos
de Arquitectura e Urbanismo



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Much
more
than a
window.

OTIIMA